



UC/FPCE 2015

Universidade de Coimbra

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Validação de duas Escalas de Avaliação das Representações Sociais em torno da Violência Filioparental numa amostra de adultos da comunidade geral**

Joana Isabel Vargas Ribeiro (e-mail: joana\_i.r@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Saúde (área de subespecialização: Psicologia Forense) sob a orientação da Professora Doutora Isabel Marques Alberto

## **Validação de duas Escalas de Avaliação das Representações Sociais em torno da Violência Filioparental numa amostra de adultos da comunidade geral**

**Resumo:** O fenómeno crescente e multidimensional da Violência Filioparental (VFP) é uma realidade marcada pela delimitação pouco clara entre um comportamento abusivo e normativo perpetrado pelos filhos crianças/adolescentes contra os pais. Atendendo à escassez de investigação e a fim de alcançar uma compreensão integradora deste tipo de violência, o presente trabalho pretende validar dois instrumentos construídos para avaliar as representações sociais sobre a violência filioparental, identificando também o grau de legitimação dos adultos da comunidade em geral em torno da problemática. Uma vez que as representações sociais influenciam a atitude do indivíduo é primordial conhecer as suas narrativas sobre o reconhecimento deste tipo de violência, os fatores que contribuem para a sua emergência, manutenção e resolução.

O presente estudo apoia-se numa amostra de 174 participantes com idade entre os 19 e os 58 anos, sendo 136 do sexo feminino e 38 do sexo masculino. Para além do Questionário Sociodemográfico e da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne, foram utilizados dois instrumentos de autorresposta com o intuito de identificar o grau de legitimação/aceitação (Questionário de Representações sobre a VFP – Histórias) e os fatores facilitadores, de manutenção e resolução dos comportamentos abusivos (Questionário sobre a VFP – Fatores Facilitadores, Manutenção e Resolução) da VFP.

Os resultados revelam boas qualidades psicométricas ao nível da precisão para o total do QRVFP – HIS ( $\alpha = .852$ ). Em relação a cada uma das Histórias, os valores indicam níveis de consistência fracos nas Histórias 1 ( $\alpha = .675$ ) e 2 ( $\alpha = .620$ ), e razoáveis na História 3 ( $\alpha = .718$ ). No QVFP - FMR os resultados obtidos nos três fatores (Facilitadores  $\alpha = .828$ ; Manutenção  $\alpha = .842$ ; Resolução  $\alpha = .919$ ) revelaram bons níveis de consistência interna. Os dados apontam para diferenças de género no que concerne à legitimação da VFP, sendo o sexo masculino quem mais tolera. Os participantes mais velhos e os que têm maior grau de instrução tendem a legitimar menos a violência. A partir dos valores de correlação pode-se assegurar a independência da desejabilidade social nas respostas às escalas, o que significa que os participantes da amostra parecem não ter respondido de acordo com o socialmente aceite.

**Palavras-chave:** Violência Filioparental; Representações sociais; Fatores Facilitadores; Fatores de Manutenção; Fatores de Resolução

## **The two assessment scales validation of Social Representation of Child-to-Parent Violence in a general adult community sample**

**Abstract:** The growing and multidimensional phenomenon of Child-to-Parent Violence (CPV) is a reality marked by unclear demarcation between abusive and normative behavior perpetrated by children/adolescents against their parents. Due to the gap we found in the literature and to have a clear understanding of this kind of violence, with this study we aim to validate two instruments built to assess the social representations of child-to-parent violence, identifying also the degree of legitimacy of the adults in the community about the issue. Since social representation influence the attitude of individuals, is vital to understand the narratives about the recognition of this type of violence, facilitating factors, maintenance and transformation.

This study is based on a sample of 174 participants aged 19 to 58 years, with 136 females and 38 males. Beyond the Sociodemographic Questionnaire and the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale, we used two auto-reply instruments, aiming to identify the degree of legitimacy / acceptance (Questionnaire of Representation on CPV - Histories), and promotional factors, maintenance and resolution of abusive behavior (Questionnaire on CPV - Promotional factors, Maintenance and Resolution) of CPV.

The results reveal good psychometric qualities at the precision level for the total QRVFP - HIS ( $\alpha = .852$ ). For each one of the Histories, the values indicate weak consistency levels in Histories 1 ( $\alpha = .675$ ) and 2 ( $\alpha = .620$ ), and reasonable in History 3 ( $\alpha = .718$ ). In the QVFP-FMR the results from three factors (Promotional  $\alpha = .828$ ; Maintenance  $\alpha = .842$ ; Resolution  $\alpha = .919$ ) showed good levels of internal consistency. The data shows gender differences regarding the legitimacy of CPV, being males the ones that tolerate this behavior the most. The older participants and those with higher levels of education tend to legitimize less violence. From the correlation values, we can ensure the independence of social desirability in responses to the scales, which means that the sample participants haven't answered accordingly to which is socially accepted.

**Key-Words:** Child-to-parent violence; Social Representation; Promotional Factors; Maintenance Factors; Resolution Factors

## **Agradecimentos**

*“Tornar os sonhos realidade é o móbil de todo o ser humano”* (Miguel Lucas). Um sincero Obrigado a todos aqueles que sempre acreditaram em mim e se tornaram um auxílio na concretização deste sonho.

À Professora Doutora Isabel Alberto, pela orientação, sabedoria e ensinamentos transmitidos, pela infinda disponibilidade e preocupação sempre demonstradas e também pelo carinho e suporte emocional prestados nos momentos de maior angústia.

A todos os professores que me acompanharam durante o meu percurso escolar e académico, pelo incentivo e pela sua contribuição no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

A todos os participantes desta investigação, pelo sentimento de entre-ajuda e dedicação revelados. Muito obrigado pela atenção e compreensão, sem vocês nunca teria sido possível.

Aos meus meninos do local de estágio, o Lar “O Girassol”, por muitas vezes, mesmo sem saberem, se terem tornado fontes de inspiração e fortaleza para prosseguir nesta batalha.

Às minhas colegas e amigas Mariana e Eduarda, que comigo partilharam esta experiência, pelo apoio incondicional, amizade e companheirismo que tanto as caracterizou ao longo do Mestrado.

Aos 18, por me ensinarem com a sua amizade que “a nossa casa é onde o nosso coração estiver”. Pelas doces e ternas aventuras, sorrisos e lágrimas partilhados ao longo destes 5 anos. Um grande obrigado por tudo aquilo que, em palavras, nunca saberei transparecer.

Às Mondeguinas - Tuna Feminina da Universidade de Coimbra, *meus* fiéis e eternos malmequeres. Pelo amparo infindável em todas as minhas conquistas, pela força, compreensão e confiança sempre depositadas. Pela nobre e infinita amizade tão presente, até nos momentos de maior ausência. Obrigado pelas inúmeras partilhas e por me terem dado o que de melhor há em Coimbra, vocês.

Às minhas colegas de casa, Sara e Rita, pelas partilhas e vivências, pelas confissões e conversas profundas. Pelo carinho, amizade e confiança presentes em todas as minhas lutas. Pela família que se tornaram e por terem tornado Coimbra ainda mais especial.

Aos meus amigos, a família por mim escolhida e que me escolheu. A quem comigo e junto a mim cresceu e que me ajudou a crescer. A quem tanto sentiu esta ausência mas que nunca deixou que a mesma se fizesse sentir. Um profundo e sentido obrigado pelo carinho e prontidão a que sempre me

sujeitaram.

Por fim, mas com um valor primordial inigualável, a minha família. Um agradecimento especial aos meus pais e ao meu irmão, a quem a minha ausência se fez mais sentir e a quem dedico este trabalho e todo o esforço e mérito no decorrer de toda a minha formação académica.

Às minhas primas e amigas, nunca esquecidas, Daniela e Marina, pela paciência, compreensão e companheirismo nos momentos mais críticos. Obrigada pelo carinho e infinito apoio.

Aos meus tios, primos e avós, Emília, Sérgio e Bernardina, pelos valores e ensinamentos transmitidos e por fazerem vossas as minhas glórias. Um agradecimento especial ao meu avô Henrique que, apesar da sua ausência física, sempre se fez sentir tão perto. Esteja onde estiver esta vitória também é sua.

A todos um profundo Obrigada!

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>I – Enquadramento Conceptual.....</b>	<b>1</b>
1.1 Definição e conceptualização da Violência.....	1
1.2 A violência no contexto familiar: quando os agressores são os filhos.....	2
1.3 Fatores subjacentes à Violência Filioparental.....	5
1.4 Caracterização das Vítimas de VFP.....	7
1.5 Caracterização dos Agressores da VFP.....	8
1.6 As Representações Sociais.....	9
<b>II – Objetivos.....</b>	<b>12</b>
<b>III – Metodologia.....</b>	<b>13</b>
3.1 Amostra.....	13
3.2 Instrumentos.....	14
3.2.1 Questionário Sociodemográfico.....	15
3.2.2 Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014).....	15
3.2.3 Questionário sobre Violência dos filhos contra os Pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014).....	15
3.2.4 Marlowe - Crowne Social Desirability Scale (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2012).....	16
<b>IV – Apresentação de Resultados.....</b>	<b>16</b>
4.1 Estudos de validação do Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP - HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014): Estudos de Precisão.....	16
4.2 Estudos de validação do Questionário sobre Violência dos filhos contra os Pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014): Estudos de Precisão.....	18
4.3 Estatísticas descritivas em função do sexo, idade e habilitações literárias para o QRVFP-HIS.....	19
4.4 Estatísticas descritivas dos itens do QVFP-FMR.....	20
4.5 Comparação das respostas aos itens do QVFP-FMR em função do sexo.....	21
4.6 Análise da desejabilidade social.....	23
4.7 Análise de respostas às questões abertas.....	23
<b>V – Discussão de Resultados.....</b>	<b>24</b>
<b>VI – Conclusões.....</b>	<b>28</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>29</b>

**Anexos.....37**

## Lista de Anexos

Anexo A - Características psicométricas do QRVFP-HIS (Total).....	38
Anexo B – Características psicométricas e Estatísticas descritivas do QRVFP-HIS 1.....	40
Anexo C - Características psicométricas e Estatísticas descritivas do QRVFP-HIS 2.....	41
Anexo D - Características psicométricas e Estatísticas descritivas do QRVFP-HIS 3.....	42
Anexo E – Resultados dos testes <i>t</i> e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS Total) .....	43
Anexo F– Resultados dos teste <i>t</i> e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS 1).....	44
Anexo G– Resultados dos teste <i>t</i> e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS 2).....	45
Anexo H – Resultados dos teste <i>t</i> e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS 3.....	46
Anexo I – Análise dos Resultados das Correlações ( <i>r</i> de Pearson).....	47
Anexo J – Características psicométricas e Estatísticas descritivas do QVFP-FMR (Fatores Facilitadores).....	48
Anexo K – Características psicométricas e Estatísticas descritivas do QVFP-FMR (Fatores de Manutenção) .....	50
Anexo L – Características psicométricas e Estatísticas descritivas do QVFP-FMR (Fatores de Resolução) .....	52
Anexo M – Resultados do teste U de Mann-Whitney para a influência da variável género (QVFP-FMR).....	54
Anexo N – Resultados do Grau de Concordância nas respostas do QVFP-FMR (Fatores Facilitadores) .....	59
Anexo O – Resultados do Grau de Concordância nas respostas do QVFP-FMR (Fatores de Manutenção) .....	60
Anexo P – Resultados do Grau de Concordância nas respostas do QVFP-FMR (Fatores de Resolução) .....	61



## **Lista de Tabelas**

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra.....	13
---	----

## **Introdução**

Designa-se como violência familiar (no Código Penal Português surge como violência doméstica) uma conduta violenta exercida em torno de um núcleo familiar, por parte de qualquer membro que nele esteja incluído (Delanez, 2012). Juntamente com o maltrato infantil, a violência entre parceiros íntimos e o maltrato da pessoa idosa, a violência perpetrada pelos filhos aos pais (VFP) é assumida como parte integrante desta tipologia.

Em conformidade com outras dimensões, esta forma de violência transcende culturas, sociedades e classes socioeconómicas, deixando marcas a longo prazo (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006; Projeto *Daphne*, 2009) quer a nível de saúde física, quer psicológica em todo o núcleo familiar envolvido (Estévez & Góngora, 2009). A VFP, tida como uma problemática social emergente a nível Mundial, só recentemente tem suscitado interesse junto da comunidade científica, a nível nacional e internacional. No entanto, os dados relativos à sua prevalência parecem apenas demonstrar “a ponta do iceberg” (Ibabe & Jaureguizar, 2011). O medo, a vergonha, o receio do julgamento da comunidade e a crença errónea da obrigatoriedade de proteger os filhos (Bobic, 2004) são fatores que têm facilitado o isolamento dos progenitores das redes de suporte e manutenção do sigilo, ocultando os comportamentos abusivos (Agnew & Huguley, 1989).

As Representações Sociais definidas como uma modalidade de conhecimento particular, permitem ao indivíduo, através do seu quadro de referências, compreender e controlar o meio em que está inserido bem como as relações que nele se estabelecem (Moscovici, 2003). No campo direcionado para a violência familiar, a realidade social tem vindo a evoluir de acordo com os padrões e normas da sociedade. Mais do que a tomada de consciência e sensibilização para a VFP, tem emergido nas últimas décadas a construção de novas representações sobre o tema, advindas não só de estudos específicos mas também da influência das convicções subjetivas e discursos difundidos pela comunidade e profissionais.

A fim de uma compreensão mais integradora deste fenómeno social é fundamental identificar os discursos dominantes dos adultos da comunidade geral no que concerne aos fatores facilitadores, de manutenção e de resolução da VFP. Esta investigação visa validar dois instrumentos de avaliação das representações sociais sobre a VFP bem como sensibilizar a sociedade em geral e a comunidade científica.

## **I – Enquadramento conceptual**

### **1.1 Definição e conceptualização da Violência**

*“A violência, provavelmente, sempre fez parte da experiência humana”* (Dahlberg & Krug, 2007, p.1163), todavia a sua aceitação não deve ser concedida como algo inevitável e impossível de contornar. Estimava-se que

Validação de duas escalas de avaliação das representações sociais em torno da Violência filio-parental numa amostra de adultos da comunidade geral  
Joana Isabel Vargas Ribeiro (e-mail:joana\_i.r@hotmail.com) 2015

cerca de 4000 pessoas por dia (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012), e mais de um milhão por ano, morrem vítimas de violência (Dahlberg & Krug, 2007), considerada pela Organização Mundial de Saúde [OMS](2002) um problema de saúde pública.

O modo como o comportamento violento é suscitado depende do propósito e do agente que o executa. Designa-se como violência reativa a resposta impulsiva a determinada situação incitante ou percebida pelo indivíduo como tal, enquanto a violência instrumental é considerada como um recurso para atingir um dado objetivo (Agustina & Romero, 2013).

Segundo a OMS (2002), a violência pode ser definida como o “uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação” (p.5). Esta definição envolve cinco conceitos importantes: intencionalidade, poder, alvo, natureza e impacto. A intencionalidade remete para a origem do ato, independentemente do propósito, ou não, de causar dano (Dahlberg & Krug, 2007; Redondo et al., 2012), enquanto o poder traduz uma expansão do significado de violência para além da agressão física tida, pelo senso comum, como a entidade distintiva da violência. Quanto ao alvo, a violência, agrupa-se em três categorias: a autoinfligida, a interpessoal e a coletiva, cada uma com as suas respetivas subcategorias. A primeira, como o próprio nome indica, direciona-se para os atos exercidos contra o próprio, como o suicídio e mutilação; a segunda engloba as ações exercidas em todo o contexto familiar e/ou na comunidade; e a terceira associa-se à violência perpetrada por organizações políticas, sociais e económicas (Dahlberg & Krug, 2007). As condutas agressivas podem expressar-se sob a forma física, sexual, psicológica e privação ou negligência, havendo ainda autores que referem a financeira (Dahlberg & Krug, 2007; Redondo et al., 2012).

Dependendo do formato assumido pela violência, das características da vítima e do tipo de relação entre esta e o agressor, os efeitos produzidos podem englobar um conjunto alargado de consequências físicas, psicológicas e sociais sem durabilidade definida, originando sofrimento e, em casos extremos, morte (Dahlberg & Krug, 2007).

## **1.2 A violência no contexto familiar: quando os agressores são os filhos**

A perpetração do comportamento violento no domínio familiar constitui um fenómeno complexo, nomeadamente no que se refere à intervenção da esfera pública na esfera privada quando esta já não se sente capaz de cumprir a sua função social. Designa-se como violência familiar qualquer conduta violenta exercida no contexto de um núcleo familiar, por parte de qualquer membro que nele esteja incluído (Delanez, 2012).

A VFP está estreitamente relacionada com o sistema familiar e, por isso, é parte integrante da violência familiar, no enquadramento jurídico

português designada por violência doméstica. No primeiro registo científico, datado em 1979, a VFP é apelidada de *Síndrome dos pais maltratados* (Harbin & Madden, 1979) mas, durante os anos seguintes manteve-se negligenciada na investigação (Agnew & Huguley, 1989; Bobic, 2004). Considerando a complexidade e multidimensionalidade do fenómeno de Violência Filioparental, a sua definição torna-se uma tarefa dificultada devido à delimitação pouco clara entre o comportamento normativo/desafiante e abusivo (Estévez & Góngora, 2009). Na perspectiva de Cottrell (2001) e Paterson, Perlesz, e Cotton (2002) a VFP é considerada como qualquer ato violento de intimidação de um filho adolescente para com um dos seus progenitores/cuidadores, com a intenção de ganhar poder e controlo, podendo causar dano físico, psicológico (e.g. tentativas de manipulação, através de jogos mentais e exigências irrealistas) e/ou financeiro. A esta definição Cottrell (2001) e Aroca (2010) associam a intencionalidade com que a conduta violenta é perpetrada, assumindo que o filho agressor tem intenção clara e consciente de provocar dano nos pais e obter o domínio sobre estes. As agressões sexuais e o parricídio são excluídos desta definição por terem características muito específicas (Menna & Tercero, 2010a).

A violência exercida dos filhos contra os pais “*é um processo contínuo no tempo e no espaço*” (Kappler, 2010, p. 15) desenvolvendo-se no contexto familiar através de um processo reiterado de coações entre o agressor e a vítima (Aroca, 2010). Originada por um processo de escalada simétrica ou assimétrica (Herrenkohl et al., 2001; Tercero & Menna, 2009), a VFP não integra a ocorrência de episódios esporádicos (Menna & Tercero, 2010a). No caso de assumir uma configuração simétrica, ambas as partes da relação agem como se se tratasse de um comportamento de legítima defesa, começando por episódios de violência psicológica e verbal até atingir a agressão física (Menna & Tercero, 2010b). A violência assimétrica ou complementar é unidirecional, sempre concretizada do filho para com os pais, com estes últimos a recorrerem à persuasão para cessar a violência; porém, esta postura acaba por funcionar como um facilitador ou uma condição de manutenção da mesma (Tercero & Menna, 2009).

Pereira (2010) refere duas eras distintas de VFP: a “tradicional” e a “nova”. Na era tradicional, a VFP estava associada a outros problemas tais como as deficiências mentais, autismo, delírios e alucinações, perturbações mentais e consumo de drogas. Para além disso, era percebida como estratégia de defesa e proteção das crianças vítimas de abuso, considerada como forma de resolução de conflitos. Na era “nova”, o conceito de “poder” e “controlo” são integrados na sua conceptualização, destacando a postura dos jovens agressores para se imporem e rejeitarem a posição subordinada em que se encontram perante os pais, ao que Garrido designou como “*Síndrome do imperador*” (2005). Segundo este autor, os traços característicos dos filhos agressores assemelhavam-se, em parte, com os da psicopatia, pela ausência de sentimento de culpa e juízo moral e incapacidade de estabelecerem vínculos afetivos (Garrido, 2005).

A VFP, apesar de se constituir como uma problemática social

emergente a nível Mundial, os dados relativos à sua prevalência parecem apenas demonstrar “a ponta do iceberg” (Ibabe & Jaureguizar, 2011). Estima-se que no Canadá, cerca de uma em cada dez famílias são vítimas de violência por parte dos filhos (Bobic, 2004; Gagné, Lavoie, & Hébert, 2004). Em Espanha, os dados relativos a 2008 sugerem a prevalência de cerca de 2 000 casos, o que significa que 12.21% das condutas violentas cometidas na família se relacionam com esta problemática (González, Gesteira, Fernández, & García, 2009). No caso de Portugal, de 2004 a 2011, segundo as Estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2012), o número de registos aumentou cerca de 97.7%; porém, à semelhança de outros países, a investigação neste ramo tem sido escassa. Esta tendência crescente da VFP em Portugal foi manifesta nos resultados obtidos no Projeto Daphne - *Menores que agredem os Pais II* (2009). Certo é que, em parte, não poderão ser generalizados considerando que: a) a maioria dos estudos tem apenas em conta as agressões físicas, menosprezando o abuso psicológico e emocional, que é maioritariamente perpetuado (Pagani et al., 2009); b) a metodologia utilizada por norma é o autorrelato, o que reverte por parte dos agressores a uma minimização dos seus atos e a gravidade dos mesmos (Agnew & Huguley, 1989); c) a ambivalência sentida por grande parte dos progenitores, que querem resolver e acabar com os episódios agressivos mas não querem ser os responsáveis pela “perda” do filho(a).

O medo, a vergonha, o receio do julgamento da comunidade e a crença errónea da obrigatoriedade moral de proteger os filhos (Bobic, 2004) são fatores que facilitam o isolamento dos progenitores e a manutenção do sigilo, ocultando os comportamentos abusivos (Agnew & Huguley, 1989). Este secretismo instalado em redor dos episódios de VFP acaba por se tornar uma barreira à prevenção, deteção e resolução dos mesmos (Menna & Tercero, 2010b), funcionando como manutenção do “*Mito de paz e harmonia familiar*” (Betancourt, 2012, p.22). Inevitavelmente, é estabelecido o Ciclo da Violência Filioparental, com o aumento do nível de *stress* (Estévez & Góngora, 2009) a contribuir para o agravamento da situação que termina, após um acontecimento crítico, numa ação judicial e na institucionalização dos filhos (Menna & Tercero, 2010b).

Em conformidade com outras formas de violência, a VFP deixa sequelas a longo prazo a nível de saúde física e psicológica em todo o núcleo familiar envolvido (Crichton-Hill et al., 2006; Estévez & Góngora, 2009; Projeto *Daphne*, 2009). Sentimentos depressivos, lesões graves, perturbações de ansiedade, insónias recorrentes e fadiga são algumas das consequências apontadas pela literatura (Paterson et al., 2002).

Por ser um fenómeno complexo e multifacetado, Cottrell e Monk (2004) consideram que a VFP deve ser entendida à luz do modelo ecológico, que assume a multicausalidade e a interação de fatores dos vários sistemas. Neste sentido, e segundo estes autores, a realidade do indivíduo é construída com base na relação dinâmica entre o macrossistema, exossistema, microssistema e os fatores ontogénicos do indivíduo. Wolfe, Wekerle, e Scott (1997) desenvolveram a analogia do “funil de violência” como um modelo

explicativo dos fatores de risco da VFP. A forma larga do topo do funil engloba os discursos sociais, a influência da cultura e dos meios de comunicação, enquanto o meio inclui as relações interpessoais com a rede de suporte. No final, na forma estreita do funil, estão presentes as características idiossincráticas do indivíduo, assim como a sua história pessoal e experiência relativas às condutas violentas.

### 1.3 Fatores subjacentes à Violência Filioparental

Durante décadas a família era considerada como um porto seguro, fonte de bem-estar e desenvolvimento ajustado do indivíduo. No entanto, e considerando a qualidade das relações entre pais e filhos como influente na conduta social, o contexto familiar tem vindo a ser documentado como um cenário onde é gerada grande parte da violência (Musitu, Martínez, & Murgui, 2006).

A fase do ciclo vital da família com filhos adolescentes é considerada como de difícil equilíbrio familiar e desafiante, decorrente de profundas mudanças (Portugal & Alberto, 2012). Nesta etapa, a flexibilidade poderá assumir-se como um verdadeiro aliado na estabilidade familiar e na construção de um autoconceito positivo, quando conjugado com o exercício de autoridade e padrões comunicacionais ajustados (Portugal & Alberto, 2012). São vários os autores (Barrera & Li, 1996; Demaray & Malecki, 2002; Estévez & Góngora, 2009) que destacam o papel da comunicação na VFP, nomeadamente a incapacidade para comunicar de forma clara: *“A postura comunicacional dos progenitores é percebida pelos filhos agressores como sendo desafiante, principiando uma interação negativa”* (Portugal & Alberto, 2012, p.12).

Além das mudanças ao longo do ciclo evolutivo da família, as profundas alterações ocorridas nos modelos familiares têm vindo a ser descritas na literatura como um facilitador emergente da VFP, nomeadamente no que concerne aos estilos parentais. Ao adoptar o estilo permissivo, a autoridade patriarcal atribuída tradicionalmente aos progenitores é substituída pela constante indefinição de regras e limites e pela ausência ou fragilidade de uma estrutura hierárquica vertical entre pais e filhos (Bobic, 2004; Calvete et al., 2014; Paterson et al., 2002). No estilo parental autoritário há uma restrição da autonomia dos filhos, marcada pela sobreproteção, intolerância e recurso frequente ao castigo corporal (Bobic, 2004). Por sua vez, no estilo negligente há uma delegação do papel parental no subsistema filial, num processo de parentificação, que dá poder e gestão aos filhos na relação com os seus pais (Bobic, 2004; Menna & Tercero, 2010b).

A emancipação da mulher e a sua crescente integração no mundo laboral também influenciam o exercício da parentalidade. Se, por um lado, se verifica uma tendência cada vez mais tardia para assumir este papel, por outro, é recorrente a diminuição do número de filhos por casal, conduzindo a uma diminuição da imposição de disciplina e da autoridade adequadas (Serra, 2013).

Ibabe, Jaureguizar e Díaz (2007) propõem uma tipologia familiar que ajuda a compreender a VFP: a) as famílias “desligadas”, caracterizadas pela excessiva individualidade e dificuldade afetiva, marcada pelo exclusivo sentimento de pertença ao núcleo familiar; e b) as famílias fusionais, caracterizadas pela aliança excessiva entre o progenitor e a criança, ambos tendencialmente colocados ao mesmo nível da hierarquia, em que o filho tende a assumir-se como um substituto à figura parental, particularmente no caso da monoparentalidade (Calvete et al, 2014; Marris, 1997; Tercero & Menna, 2009). Contrapondo ao referido, Cánovas e Sahuquillo (2010) alertam para o facto de *"hoje em dia, a família nuclear tradicional não é condição para uma educação adequada e desenvolvimento de ótimas relações familiares. A família tem uma influência positiva ou negativa para a criança em função das relações de afeto, respeito e apoio que mantêm entre si"* (p.123). Investigações realizadas neste âmbito (Laurent & Derry, 1999; Livingston, 1986) parecem corroborar que apenas uma minoria dos casos de VFP pertence a famílias monoparentais.

Bobic (2004), Costa et al. (2007), Paterson et al. (2002) e Routt e Anderson (2011) defendem, com base na Teoria de Aprendizagem Social, que a aceitação e reprodução da violência, através da exposição direta ou indireta, no contexto familiar ou fora dele, conduz, a médio ou longo prazo, o adolescente a recorrer a condutas violentas como forma de resolução de conflitos e meio de satisfação das suas necessidades pessoais, criando-se o “Ciclo Transgeracional da Violência”. Esta vulnerabilidade parece ser superior nos rapazes comparativamente às raparigas (Estévez & Góngora, 2009). Por outro lado, na perspetiva de Aroca (2008), o modelamento apenas é considerado como um elemento de aprendizagem e não de manutenção de um determinado comportamento. De acordo com as consequências geradas e dependendo do grau de aceitação por parte do meio, as condutas poderão ser mantidas, alteradas ou eliminadas. Por exemplo, considerando o contexto académico, as divergências existentes entre o sistema familiar e o sistema escolar têm vindo a tornar-se uma banalidade (Pereira, 2010). A aliança gerada entre pais e filhos (Tercero & Menna, 2009) e a aceitação dos seus comportamentos de oposição e agressão com o grupo de pares e professores (Cottrell & Monk, 2004) tornam-se fatores facilitadores da expressão da agressividade para o contexto familiar.

Considerando o grupo de pares, por um lado constitui uma peça fundamental no desenvolvimento interpessoal do indivíduo (Thornberry, Huizinga, & Loeber, 1995), mas, por outro, pode promover a aprendizagem e perpetração de condutas violentas (Rechea, Fernández, & Cuervo, 2008a). A participação em atividades ilegais é evidenciada por Cottrell e Monk (2004) como promotora de um relacionamento conflituoso com os progenitores e como um modelo eficaz de concretização de poder e controlo sobre os mesmos.

Os meios de comunicação e as instituições culturais são também parte integrante na emergência ou controlo do comportamento violento. São as normas e os valores sociais que definem os padrões culturais subjacentes a

uma dada sociedade e que determinam o modo como os indivíduos se relacionam (Krug et al., 2002). Neste sentido, o incremento da delegação das tarefas educacionais das crianças nas novas formas de *media*, como os videojogos e as redes sociais, poderá ressentir-se negativamente a médio ou longo prazo no seu desenvolvimento (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002). O tipo de linguagem usado e a transmissão de imagens e conteúdos violentos pode ter um efeito estimulador, principalmente em comunidades e bairros onde este tipo de condutas seja defendido ou aceite (Calvete et al., 2014; Estévez & Góngora, 2009; Menna & Tercero, 2010b; Routt & Anderson, 2011).

No que concerne às características individuais, a investigação em redor da genética como fator explicativo associado à VFP, tem vindo a gerar controvérsia entre os autores. Calvete, Orue e Sampredo (2011) consideram que o desenvolvimento da consciência e as relações de afeto do adolescente agressor são comprometidos pela sua estrutura cerebral, e por isso esta é considerada como um fator facilitador deste tipo de condutas. Esta linha de pensamento parece ser corroborada por Garrido (2005), ao considerar que os traços de psicopatia do agressor são resultado da interação entre a componente inata, hereditária, e as características adquiridas na sua relação com o meio. Por outro lado, Chartier e Chartier (2000) consideram a inexistência de qualquer tipo de influência para além da ambiental. Não obstante a diversidade ideológica, a literatura científica tem sido sustentada pela existência de uma interação entre os fatores biológicos e ambientais tendo esta última um maior peso (Projeto Daphne, 2009). A este respeito, Urra (2006) salvaguarda que a influência genética não deve ser confundida como algo imutável e intrínseca ao indivíduo. O seu processo de mudança decorre, essencialmente, da sua relação com o meio, que se inicia logo no período de gestação.

#### **1.4 Caracterização das Vítimas de VFP**

A figura materna é citada pela literatura como o elemento da díade parental mais associado aos atos agressivos por parte dos filhos (Costa et al., 2007; Dossi, Saliba, Garbin, & Garbin, 2008). São enúmeras as razões que têm vindo a ser descritas para justificar esta tendência, destacando-se desde logo o maior envolvimento das mães no estabelecimento de regras e limites (Estévez & Góngora, 2009; Tercero & Menna, 2009). Gallagher (2004) considera ainda que a inferioridade feminina, no que diz respeito à sua robustez física e capacidade de retaliação, e a maior tendência para ser submissa e desenvolver sentimentos de culpa, tornam as mães mais vulneráveis à VFP. Embora em menor número, os pais portadores de deficiência também ermezem como propensos a este tipo de vitimização. De um modo geral, a menor tendência circunscrita à figura paterna poderá estar relacionada, em parte, com o número acrescido de famílias monoparentais ao encargo da figura materna e com o papel tradicional de autoridade que lhes está consagrado (Cottrell & Monk, 2004; Rechea et al., 2008a). Curiosamente, a literatura tem referenciado a figura materna como a que tenta pôr término às



situações de violência, dando o primeiro passo na denúncia (Agustina & Romero, 2013).

No que diz respeito à faixa etária, surgem como mais vulneráveis as progenitoras mais velhas (Tercero & Menna, 2009), rondando, por norma, os 54 anos de idade (García & Tercero, 2006; Gómez, 2012). A transição da maternidade para segundo plano, fruto da progressiva mudança no ciclo vital nomeadamente, da emancipação da mulher e entrada no mercado de trabalho, pode ser descrita como uma eventual explicação para este foco etário (Menna & Tercero, 2010b).

Independentemente do progenitor vítima de agressão, são mencionadas características precipitantes transversais ao género, como a dificuldade em comunicar de forma clara e resolver conflitos, elevado nível de frustração, utilização inadequada de reforços materiais, mitos e crenças maladaptativos e padrões de comportamento desajustados (Harbin & Madden, 1979; Sesa, Almenar, & Campo, 2012).

### **1.5 Caracterização dos Agressores da VFP**

Estabelecer um perfil dos adolescentes agressores torna-se uma tarefa difícil devido à heterogeneidade de características que lhes têm vindo a ser associadas pela literatura científica. Na perspetiva de Garrido (2005) existem três indicadores que permitem, durante a infância, identificar a propensão para manter os comportamentos agressivos na adolescência e adultez: a) a incapacidade da criança para desenvolver habilidades sociais e emocionais, nomeadamente no que diz respeito à empatia, compaixão e amor, e ainda à ausência de sentimento de culpa; b) a inaptidão para aprender com os erros; e c) a adoção de uma postura egocêntrica nas interações sociais e o uso recorrente a mentiras e comportamentos agressivos com a fratria e os pares.

Nas últimas décadas, os estudos acerca do género dos agressores na VFP tem gerado grande controvérsia entre os autores. Não são encontradas discrepâncias significativas, a não ser no que respeita ao tipo de atos perpetuados. Enquanto as raparigas tendem a concretizar mais o abuso psicológico e emocional, os rapazes são mais propensos para as agressões físicas (Bobic, 2004; Calvete et al., 2014; Cottrell, 2001; Estévez & Góngora, 2009).

Os adolescentes com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos são descritos como os mais propensos a adotar condutas violentas contra os pais (Garrido, 2005). Nos rapazes, o aumento da idade tem sido associado ao aumento da frequência e severidade das condutas violentas, sobretudo as agressões físicas (Cottrell & Monk, 2004; Hong, Kral, Espelage, & Allen-Meares, 2012). No caso das adolescentes, essa tendência parece não se verificar (García & Tercero, 2006), sendo apontado como uma explicação o grau de maturidade superior nesta faixa etária (García & Alberola, 2012; González, Morán, Gesteira, & García, 2011).

No que se refere à rede pessoal social dos agressores, a literatura não obtém dados consensuais. Se, por um lado, podem ser definidos como pessoas

isoladas, com uma rede social e de suporte pobre, por outro, podem ser jovens dóceis, com uma rede social rica e com um comportamento retraído no contexto escolar (García & Tercero, 2006; Rechea et al., 2008a). Quando comparados por géneros, as raparigas evidenciam maior probabilidade de expandir o seu comportamento violento para além do contexto familiar, nomeadamente na escola e face a outros adultos (Calvete et al., 2011). O rendimento escolar destes jovens é, essencialmente, caracterizado pelo baixo desempenho, absentismo escolar, dificuldades de aprendizagem e falta de interesse e motivação (Morales & Castillo, 2011; Rechea et al., 2008a).

A VFP tem sido também associada ao consumo de substâncias, provocando alterações no modo como os adolescentes se relacionam com os progenitores (Morales & Castillo, 2011). No entanto, Rechea et al (2008a) consideram que este fator não deve ser ponderado isoladamente como uma causa, embora possa ser responsável por provocar maior distanciamento, mudanças comportamentais e comunicação desajustada nas relações familiares (Ibabe & Jaureguizar, 2011).

Estudos realizados neste âmbito consideram ainda a condição mental em que se encontram os agressores, com maior destaque para a Perturbação Antissocial, o Défice de Atenção e Hiperatividade (Tercero & Menna, 2009), Transtorno Bipolar, Dificuldades de Aprendizagem (Cottrel & Monk, 2004) e Sintomatologia Depressiva (Calvete et al., 2011). Características como a baixa autoestima, o fraco controlo de impulsos, afetividade negativa e a baixa tolerância à frustração são associados à reiteração da VFP (Agnew & Huguley, 1989; Calvete et al., 2014; Gómez, 2012; Routt & Anderson, 2011). Outros autores mencionam ainda a existência de défices cognitivos na identificação de estratégias interpessoais (Dodge, 1985) e fragilidades em manifestar comportamentos assertivos (Dodge & Pettit, 2003).

A emergência da VFP na sociedade moderna e a negligência demonstrada pela investigação científica tem suscitado, por parte dos profissionais na área da infância e da família, a necessidade de argumentar e procurar respostas para este fenómeno. É através desta busca constante que são formadas as representações sociais (Guareschi, 1995) que vão orientar a valorização, reconhecimento e resposta face à VFP.

## 1.6 As Representações Sociais

As Representações Sociais são definidas por Moscovici como “*uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos*” (1978, p.26). Ou seja, um conhecimento preexistente construído com base nas crenças, valores e imagens através do qual é permitido ao indivíduo assumir uma postura e um controlo sobre o meio em que vive e compreender o mundo e as relações que nele se estabelecem (Moscovici, 2003). Esta realidade social pressupõe que todo o conhecimento possa ser interpretado de forma distinta, numa dada cultura e categoria profissional. Dependendo do contexto social em causa, o conhecimento e a realidade, vão-se transformando (Alexandre, 2004).

O recurso a condutas violentas como um método legítimo de educação e controlo foi, outrora, o mais privilegiado pelos “chefes de família” (Almeida, 2008). Nos tempos que decorrem e, apesar das enúmeras transformações sociais, a crença na eficácia da punição física e a sua aceitação ainda se encontram enraizadas na nossa sociedade (Canha, 2002). Dependendo da intensidade, consequências, intencionalidade e características associadas ao agressor e à vítima são construídos julgamentos sociais, positivos ou negativos, acerca da legitimação da violência como meio de regulação ou resolução de conflitos (Feldman, 1979). O “comportamento violento” é definido e interpretado pelo indivíduo através das representações elaboradas a partir das referências culturais da sociedade onde se integra (Porto, 2006). Porém, se por um lado, a construção da realidade de cada indivíduo é criada através das normas e valores sociais, por outro, é imprescindível a interação com as atitudes e motivações resultantes da sua experiência pessoal (Santos, 1994). Os vínculos afetivos gerados no seio familiar assumem um valor cultural e simbólico, onde a ternura e o amor são tidos como a verdade absoluta dos padrões intergeracionais. O papel social atribuído à figura materna é configurado pelo sacrifício exercido pela casa, pelos filhos e pelo marido. Um “mito de amor sacrificado” em que o silêncio e o sofrimento são sinónimos de bem-estar e ajustamento na família (Badinter, 2011).

Os meios comunicação também têm a sua quota-parte de responsabilidade na cristalização de representações estereotipadas do quotidiano. Num curto espaço de tempo, o conhecimento não familiar é transformado em familiar, dando origem à construção de discursos dominantes (Betancourt, 2012). No caso da VFP, os recorrentes títulos de óbitos e hospitalizações gerados pelas agressões físicas, conduzem a que os danos psicológicos e emocionais sejam socialmente menosprezados e, geralmente, tidos como inexistentes. Para além disso, a relevância atribuída ao abuso físico e homicídio pode, de certa forma, relacionar-se com o reduzido número de denúncias e a manutenção da ideia de que se trata de um assunto restrito à esfera familiar (Betancourt, 2012).

Quando avaliada a percepção dos adolescentes sobre o comportamento violento, os dados obtidos parecem corroborar o referido, uma vez que há uma sobrevalorização do abuso físico (Guimarães & Campos, 2007). Neste seguimento, numa investigação realizada por Almeida (2008), cerca de 84.3 % dos adolescentes mostraram oposição ao recurso do castigo corporal como método educativo usado pelos adultos; porém, 47.1 % consideram-no como forma de corrigir e controlar o comportamento. Os resultados revelam ainda a legitimação das condutas violentas dependendo de razões de ordem social, cultural, individual e educacional. O consumo de álcool, à semelhança de estudos realizados anteriormente (Matos, Negreiros, Simões, & Gaspar, 2009) foi considerado por 81.2% dos adolescentes como uma causa externa na perpetração de condutas violentas. Comparando os discursos sociais dos adolescentes infratores e não infratores sobre as condutas violentas, verifica-se que cerca de 64,9% dos adolescentes infratores consideram-nas aceitáveis,

nomeadamente, em legítima defesa. Além disso, são consideradas como uma boa estratégia para satisfazer as suas necessidades/desejos (Rechea & Cuervo, 2010) e alcançar a sua individualidade (Betancourt, 2012).

No caso específico da VFP, os comportamentos agressivos são percebidos pelos adolescentes como forma de estabelecer limites e impor respeito aos progenitores (Calvete al., 2014). A exposição precoce a episódios violentos (Calvete al., 2014) e a fase de desenvolvimento em que se encontram foram apontadas por eles como fatores subjacentes à proliferação deste tipo de condutas (Matos, 2004). De acordo com Gallagher (2008), as atitudes sociais relativas à culpabilização dos progenitores pelo comportamento agressivo dos filhos refletem a escassez de informação científica sobre este fenómeno. Na comunidade geral, os pais ou educadores são tidos, por vezes, como a única referência no desenvolvimento dos filhos e, por isso, os responsáveis pelos seus atos. Continuam ainda presentes nos discursos sociais dominantes as crenças de que a agressividade do adolescente é fruto de distúrbios psiquiátricos (Gallagher, 2008), do consumo de substâncias e da fase de desenvolvimento em que se encontra (Betancourt, 2012).

Numa sociedade consignada à igualdade de género, o poder patriarcal outrora atribuído à figura masculina parece ainda determinar uma relação hierarquizada entre o homem e a mulher, sobretudo no que concerne à violência. Ariza e Vargas (2007) referem que, independentemente do género da vítima, é o adolescente do sexo masculino que por norma é apontado, pela comunidade, como o agressor. Esta construção social contribui para a formação de estereótipos em redor da agressividade masculina e para a sustentação do papel passivo e dócil associado à mulher. No caso dos profissionais, as investigações acerca dos discursos dominantes têm vindo a ser foco de interesse por vários autores. Um dos primeiros estudos efetuados neste âmbito foi realizado por Frizzell (1998), onde as conclusões apontam para a responsabilização dos pais, através do seu exercício da parentalidade, nas condutas antissociais exercidas pelos adolescentes. Estudos mais recentes, como o de Anchieta e Galinkin (2005) realizado com forças policiais parecem corroborar os resultados obtidos por Calvete et al (2014). Em ambos os estudos, os episódios violentos de VFP foram percecionados como “uma resposta reativa à violência doméstica e à destruturação familiar” (Anchieta & Galinkin, 2005, p.33). Na perspectiva dos professores e polícias, a causalidade das condutas violentas nos adolescentes é atribuída ao contexto familiar, nomeadamente às práticas e transformações decorrentes no mesmo (Galinkin, Almeida, & Anchieta, 2012).

O estudo levado a cabo por Clement (2014) com assistentes sociais, sobre a experiência e conhecimentos acerca da VFP, destacou como fatores precipitantes os transtornos da personalidade, o abuso de substâncias, problemas financeiros e os estilos parentais permissivos ou muito rigorosos.

O presente trabalho integra uma investigação mais vasta em decurso, “Tornar visível o escondido...a violência Filio parental”, que assume como principal objetivo identificar as representações sociais, narrativas e o grau de legitimação de pais/mães/ filhos e profissionais relativamente à VFP, de forma

a promover abordagens terapêuticas e políticas de intervenção eficientes (Patuleia & Alberto, 2014).

## II – Objetivos

A crescente consciencialização em torno da compreensão e reconhecimento da violência no contexto familiar, nomeadamente no maltrato infantil, violência entre parceiros íntimos e maltrato do idoso tem permitido desenvolver de forma gradual métodos de deteção e combate desta problemática. No entanto, esta visibilidade parece não abranger o fenómeno da VFP que, apesar de um aumento significativo, tem ainda pouca expressão na comunidade científica, que se reflete na escassez de literatura.

A ausência de um claro reconhecimento oficial da natureza e extensão desta forma de violência conduz, conseqüentemente, a uma carência de políticas de prevenção, deteção e intervenção, não só por parte dos profissionais mas também da comunidade em geral (Stewart, Wilkes, Jackson & Manni, 2006).

As representações sociais assumem particular importância na compreensão de fenómenos complexos e multifacetados, como é o caso da violência (Jodelet, 1989). Para além de definirem os padrões sociais pelos quais se regem os indivíduos, enquadram a realidade construída acerca das suas experiências. Atendendo ao referido, torna-se fulcral compreender as práticas e as condutas legitimadas e as não toleradas, possibilitando uma assistência continuada e programada por parte dos profissionais e outras instituições sociais (Monteiro, Cabral, & Jodelet, 1999).

A componente empírica desta investigação tem como objetivo central validar dois instrumentos de avaliação das representações sociais em torno desta problemática, nomeadamente o Questionário de Representações sobre VFP- Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014) e o Questionário sobre Violência dos Filhos contra os Pais -Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014).

Como objetivos específicos propõe-se:

- a) Analisar as qualidades psicométricas dos dois instrumentos a nível da precisão;
- b) Identificar as representações sociais dominantes dos adultos da comunidade geral relativamente aos fatores facilitadores, de manutenção e de resolução da violência dos filhos contra os seus pais.
- c) Analisar a influência de algumas variáveis sócio-demográficas, como a idade, género e habilitações literárias nas representações sociais acerca da VFP.

### III - Metodologia

#### 3.1 Amostra

A recolha de dados foi realizada através do método de amostragem não probabilística (amostragem de conveniência), tendo como critério a idade dos participantes ser superior a 18 anos e não evidenciarem dificuldades cognitivas.

A amostra é constituída por 174 participantes residentes em Portugal, sendo 136 (78.2%) do sexo feminino e 38 (21.8%) do sexo masculino. A idade mínima dos participantes é 19 anos e a idade máxima 58 anos, situando-se a média nos 28 anos (DP=9.533). Os participantes são maioritariamente solteiros ( $n = 129$ ; 74.1%) e sem filhos ( $n = 129$ ; 74.6%). No que diz respeito às habilitações literárias, a maioria dos participantes são licenciados ( $n = 83$ ; 48.5%). Relativamente à atividade profissional, de acordo com a classificação do INE (2011), a maior percentagem é de Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas ( $n = 41$ ; 23.6%). De referir que 91 dos participantes são estudantes (52.3%). Os participantes estão essencialmente enquadrados a nível profissional na seção “Outros” ( $n=38$ ; 50%), seguindo-se a Função Pública ( $n=20$ ; 26.3%), com um tempo de serviço maioritário de 2 anos ( $n=5$ ; 9.6%) (Tabela 1).

**Tabela 1 - Caracterização Sócio-demográfica da Amostra**

Variáveis		<i>n</i>	%	M (DP)	Amplitude
Sexo	Feminino	136	78.2		
	Masculino	38	21.8		
Idade				28 (9.53)	19-58
Estado Civil	Solteiro	129	74.1		
	Casado/União de Facto	42	24.1		
	Divorciado	3	1.7		
Filhos	Não	129	74.6		
	Sim	44	25.4		
Habilitações Literárias	1º Ciclo	1	0.6		
	2º Ciclo	1	0.6		
	3º Ciclo	12	7		
	Secundário	50	29.2		
	Licenciatura	83	48.5		
	Bacharelato	3	1.8		
	Mestrado	20	11.7		
	Doutoramento	1	0.6		

	Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Outros Superiores de Empresa	1	0.6
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	41	23.6
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	10	5.7
	Pessoal Administrativo e Similares	6	3.4
Atividade Profissional	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Proteção e Segurança	10	5.7
	Trabalhadores qualificados da Indústria, Construção e Artífices	4	2.3
	Operadores de Instalações e máquinas e trabalhadores de Montagem	2	1.2
	Trabalhadores Não qualificados	2	1.2
	Estudantes	91	52.3
	Desempregados	8	4.6
	Doméstica	1	0.6

### 3.2 Instrumentos

A presente investigação envolveu um protocolo constituído por um Questionário de dados sociodemográficos e três questionários de autorresposta: o Questionário de Representações Sociais sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M.,

Validação de duas escalas de avaliação das representações sociais em torno da Violência filio-parental numa amostra de adultos da comunidade geral  
Joana Isabel Vargas Ribeiro (e-mail:joana\_i.r@hotmail.com) 2015

2014), o Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014) e a Escala de avaliação da desajustabilidade social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2012).

### **3.2.1 Questionário Sociodemográfico**

Este questionário teve como objetivo recolher a seguinte informação: idade, género, habilitações literárias, estado civil, indicação de ter/ não ter filhos, enquadramento profissional e tempo de serviço. O seu objetivo era permitir a caracterização dos participantes do estudo.

### **3.2.2 Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014)**

O Questionário de Representações sobre VFP - Histórias (QRVFP-HIS) é composto por três histórias diferentes de Violência Filioparental. Cada história é seguida de dez afirmações/itens, sendo solicitado ao respondente que indique o seu grau de concordância relativamente a cada afirmação. As opções de resposta encontram-se formuladas numa escala de Likert de 4 pontos: 1-“Discordo totalmente”, 2-“Discordo”, 3-“Concordo” e 4-“Concordo totalmente”. Com as três histórias pretende-se identificar as diferentes representações dos indivíduos relativamente à legitimação ou banalização da problemática em estudo. A sua construção assentou em pressupostos teóricos, baseados na literatura, sobre as diferentes leituras relativas à dinâmica da VFP.

Este instrumento não tem quaisquer estudos de validação, que se pretende obter com a presente pesquisa.

### **3.2.3 Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR) (Patuleia, N., Alberto, I., Pereira, R., & Alarcão, M., 2014)**

O Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, Manutenção e de Resolução (QVFP-FMR) é composto por três conjuntos de afirmações relativas a fatores que se julga poderem contribuir para que surjam situações de violência filioparental, para a sua manutenção, bem como fatores que possam interromper e/ou resolver as situações de VFP. Cada condição é constituída por dezanove afirmações, sendo solicitado ao respondente que indique o seu grau de concordância com cada uma delas, de acordo com uma escala de Likert de 4 pontos em que 1-“Discordo totalmente”, 2-“Discordo”, 3-“Concordo” e 4-“Concordo totalmente”.

Considerando que o instrumento não tem ainda estudos de validação concluídos, tornou-se necessária a análise das suas qualidades psicométricas.



### 3.2.4 Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2012)

A *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* é um inventário que avalia a tendência do participante em responder de acordo com o socialmente aceite. Esta escala é composta por 33 afirmações relativas a comportamentos do quotidiano e sem conotações de carácter psicopatológico, que tem como opção de resposta “Verdadeiro” ou “Falso”. De todos os itens, caso o sujeito responda “Verdadeiro” a 18 das afirmações, a pontuação atribuída é 1 ponto, por corresponderem a comportamentos socialmente desejáveis. Às restantes 15 é atribuída a pontuação de 1 ponto caso a sua resposta seja “Falso”, uma vez que indicam comportamentos comuns mas socialmente indesejados. A pontuação total pode variar entre 0 e 33, sendo que valores superiores a 17 indicam forte necessidade de aprovação social (Scagliusi et al., 2004).

No estudo original a MCSDS reporta níveis de consistência interna de  $\alpha=.88$  e um índice de estabilidade temporal de  $r=.89$  (Crowne & Marlowe, 1960). Em Portugal, entre os estudos realizados, Silvestre (2011) refere níveis de consistência interna de  $\alpha=.96$ , defendendo a robustez da escala. Na literatura, esta escala tem apresentado resultados em que o coeficiente varia entre  $\alpha=.72$  e  $\alpha=.85$  (Barger, 2002; Loo & Loewen, 2004; Tatman, Swogger, Love, & Cook, 2009), sendo uma das escalas mais utilizadas na avaliação da desejabilidade social.

No presente estudo, o valor de consistência interna encontrado para a MCSDS ( $\alpha=.796$ ;  $N = 164$ ) é considerado razoável (Pestana & Gageiro, 2003). Relativamente às estatísticas descritivas, o total dos 33 itens registou uma média de 17,63 ( $DP=5.38$ ) no presente estudo.

## IV – Apresentação de Resultados

### 4.1 Estudos de validação do Questionário de Representações sobre VFP – Histórias (QRVFP-HIS): Estudos de Precisão

A precisão deste instrumento foi analisada pela consistência interna, através do coeficiente *alfa de Cronbach*. Na História 1<sup>1</sup> o valor de consistência interna obtido ( $\alpha = .675$ ;  $N=171$ ) é fraco (Pestana & Gageiro, 2003), apesar de a relação entre cada item e a escala total ser na maioria dos itens acima do .300 (Pallant, 2005; Silvestre, 2011). Destaca-se o item 16 pela maior correlação ( $r=.479$ ) com o total da História 1, contrapondo ao item 5 ( $r=.120$ ), que aumentaria ligeiramente o valor da consistência interna para razoável, caso fosse eliminado.

Analisando as principais estatísticas descritivas constata-se que a média das respostas aos 10 itens foi 16.66 e o  $DP= 3.276$ . Nos itens, as médias variam entre 1.25 ( $DP =.486$ , no item 6) e 2.77 ( $DP =.792$ , no item 5). Os itens que registam maior homogeneidade nas suas respostas foram os itens 3 ( $M = 1.39$ ,

<sup>1</sup> No Anexo B estão disponíveis na íntegra os resultados relativos às características psicométricas e estatísticas descritivas.

$DP = .535$ ), o 8 ( $M = 1.36$ ,  $DP = .629$ ) e o 10 ( $M = 1.40$ ,  $DP = .732$ ).

A História 2<sup>2</sup> revela inicialmente uma consistência interna medíocre ( $\alpha = .392$ ;  $N=173$ ) (Pestana & Gageiro, 2003). Após a análise da correlação entre cada item e a escala total, a cotação dos itens 4 ( $r = -.095$ ) e 8 ( $r = -.046$ ) foram invertidas por apresentarem valores negativos, aumentando ligeiramente o valor da consistência interna ( $\alpha = .536$ ;  $N=173$ ). Perante uma nova análise à relação entre os itens e a escala total, os valores mais baixos são atribuídos aos itens 5 ( $r = .068$ ) e 7 ( $r = -.061$ ). Após a exclusão destes dois itens (5 e 7), os 8 itens da História 2 obtiveram um *alfa de Cronbach* de .620 ( $N= 173$ ), classificado como fraco (Pestana & Gageiro, 2003). A maioria dos itens regista uma correlação com o total da escala acima dos .300 (Pallant, 2005; Silvestre, 2011), excetuando os itens 8 ( $r = .266$ ) e 10 ( $r = .183$ ). Destacam-se os itens 3 ( $r = .374$ ) e 9 ( $r = .376$ ) pelos valores de correlação mais elevados.

Analisando as principais estatísticas descritivas, a média de respostas aos 8 itens é de 13.37 e o  $DP = 2.747$ . Relativamente aos itens da escala, o valor das médias variam entre 1.35 ( $DP = .546$ , no item 8) e 2.02 ( $DP = .762$ , no item 6). Os itens que evidenciaram maior homogeneidade nas suas respostas foram o item 4 ( $M = 1.47$ ,  $DP = .643$ ) e o item 9 ( $M = 1.46$ ,  $DP = .605$ ).

Na História 3<sup>3</sup>, com os itens 8 e 10 cotados de forma invertida, obteve-se um valor de  $\alpha = .718$  ( $N=174$ ). Destaca-se o item 3 pela maior correlação ( $r = .584$ ) que revela com os valores totais da escala. O valor menor de correlação ( $r = .133$ ) pertence ao item 6, que manteria o valor da consistência interna razoável, caso fosse eliminado. No que concerne à análise das estatísticas descritivas, a média de respostas aos 10 itens foi de 19.84 e o  $DP = 3.810$ . Relativamente aos itens da escala, o valor das médias variam entre 1.53 ( $DP = .605$ , no item 7) e 2.87 ( $DP = .721$ , no item 6). Os itens que evidenciaram maior homogeneidade nas suas respostas foram os itens 3 ( $M = 1.72$ ,  $DP = .640$ ), 8 ( $M = 1.73$ ,  $DP = .681$ ) e 10 ( $M = 1.70$ ,  $DP = .675$ ).

Considerando a escala total<sup>4</sup> (os 30 itens), o valor obtido foi de  $\alpha = .843$  ( $N=170$ ); no entanto, atendendo à exclusão dos itens 5 e 7 da História 2, para o total dos 28 itens registou-se um valor  $\alpha = .852$  ( $N=170$ ), o que revela uma boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2003).

A média de resposta dos participantes ao total dos 28 itens da escala foi de 49.92 ( $DP=8.474$ ).

Através do cálculo dos coeficientes de *Pearson*<sup>5</sup> procedeu-se à análise

<sup>2</sup> No Anexo C estão disponíveis na íntegra os resultados relativos às características psicométricas e estatísticas descritivas.

<sup>3</sup> No Anexo D estão disponíveis na íntegra os resultados relativos às características psicométricas e estatísticas descritivas.

<sup>4</sup> No Anexo A estão disponíveis na íntegra os resultados relativos às características psicométricas e estatísticas descritivas.

<sup>5</sup> Pestana e Gageiro (2003) defendem que a dimensão mínima de uma amostra, quando se pretende proceder ao cálculo de coeficientes de correlação de *Pearson* deve ser 30 ( $p < .05$ ) e 40 ( $p = .10$ ), o que é largamente ultrapassado pela amostra em estudo. No Anexo J estão disponíveis os resultados das correlações realizadas.

dos índices de correlação entre as três histórias e entre estas e a escala total. Os coeficientes de correlação entre o QRVFP-HIS total e cada uma das três histórias são positivos e elevados (Pestana & Gageiro, 2003). Entre o total do QRVFP-HIS e a História 1 registou-se um  $r = .813$ , para a História 2 foi de  $r = .877$  e para a História 3 foi de  $r = .881$ . Relativamente ao nível de correlação presente entre as três histórias, o valor mais elevado obteve-se entre as História 2 e 3 ( $r = .703$ ). Os coeficientes obtidos entre a História 1 e 2 ( $r = .597$ ) e a História 1 e 3 ( $r = .510$ ) são ambos positivos e moderados. Estes coeficientes de correlação permitem considerar que as histórias estarão a medir o mesmo construto, o que vem reforçar a consistência interna do QRVFP-HIS.

#### **4.2. Estudos de Validação do Questionário sobre Violência dos filhos contra os pais – Fatores Facilitadores, de Manutenção e de Resolução (QVFP – FMR): Estudos de Precisão**

Para a análise da consistência interna do QVFP-FMR<sup>6</sup>, para os 174 participantes da amostra, os resultados obtidos revelam no Fator Facilitadores (19 itens) um coeficiente *alpha de Cronbach* de  $\alpha = .828$ , que traduz um bom nível de consistência interna (Pestana & Gageiro, 2003). À semelhança deste, o valor obtido no Fator Manutenção revela igualmente uma consistência interna boa, com um *alpha de Cronbach* de  $\alpha = .842$ . Por fim, o Fator de Resolução apresenta um coeficiente muito bom de consistência interna ( $\alpha = .919$ ).

Da análise dos itens com o total do fator é de notar que no primeiro fator, cujos itens são relativos a facilitadores da ocorrência de violência filio-parental, a maioria apresenta correlações elevadas com o total do fator, com exceção dos itens 9 “Diferentes formas de famílias, em que há mães, pais, madrastas, padrastos, tornando-se difícil para os filhos saber quem tem autoridade sobre eles” ( $r = .231$ ) e 10 “Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais” ( $r = .207$ ) como os mais baixos.

Relativamente ao segundo fator, referente às condições responsáveis pela manutenção da VFP verificou-se que todos os itens registam uma correlação com o total da escala acima do  $r = .300$  (Pallant, 2005; Silvestre, 2011), à exceção do item 13 “Manifestação de carinho e arrependimento por parte dos filhos, relativamente aos seus direitos” ( $r = .146$ ).

Por fim, no terceiro fator, alusivo à resolução de situações de VFP, todos os itens detêm uma boa correlação com a escala total, sendo ( $r = .304$ ) o valor mais baixo, correspondente ao item 10 “Melhorar as condições socioeconómicas das famílias”. Contudo, verificou-se que a eliminação de qualquer item do instrumento não influenciaria significativamente a consistência interna.

<sup>6</sup> Nos Anexos J, K e L estão disponíveis na íntegra os resultados relativos às características psicométricas e estatísticas descritivas dos fatores.

Validação de duas escalas de avaliação das representações sociais em torno da Violência filio-parental numa amostra de adultos da comunidade geral  
Joana Isabel Vargues Ribeiro (e-mail: joana\_i.r@hotmail.com) 2015

### 4.3. Estatísticas descritivas em função do sexo, idade e habilitações literárias para o QRVFP-HIS

Relativamente à QRVFP-HIS total, os indivíduos do sexo masculino apresentaram resultados superiores ( $M = 52.71$ ;  $DP = 8.632$ ), quando comparados ao sexo feminino ( $M = 49.19$ ;  $DP = 8.312$ ). O mesmo padrão de resultados foi encontrado para o total da História 1 (Homens:  $M = 17.86$ ;  $DP = 3.773$ ; Mulheres:  $M = 16.34$ ;  $DP = 3.067$ ), para o total da História 2 (Homens:  $M = 13.84$ ;  $DP = 2.467$ ; Mulheres:  $M = 13.24$ ;  $DP = 2.814$ ) e para o total da História 3 (Homens:  $M = 20.84$ ;  $DP = 4.117$ ; Mulheres:  $M = 19.57$ ;  $DP = 3.687$ ). Em rigor, os resultados apresentados significam que o sexo masculino tende a legitimar mais as situações de VFP do que os participantes do sexo feminino.

De modo a verificar o nível de significância das diferenças de médias em função do sexo procedeu-se ao cálculo do Teste *t-student*<sup>7</sup> para amostras independentes. O teste de Levene confirmou a homogeneidade das variâncias. No que concerne à escala total, os resultados obtidos revelam a existência de diferenças estatisticamente significativas ( $t(168) = -2.216$ ,  $p = .028$ , 95% IC [- 6.659, -.385]). Numa análise mais detalhada das três histórias, foi encontrado o mesmo padrão de resultados para a História 1 ( $t(169) = -2.513$ ,  $p = .013$ , 95% IC [- 2.715, -.326]). Por sua vez, as diferenças evidenciadas quer na História 2 ( $t(171) = -1.170$ ,  $p = .244$ , 95% IC [- 1.600, .409]), quer na História 3 ( $t(172) = -1.838$ ,  $p = .068$ , 95% IC [- 2.646, .094]) não se revelaram estatisticamente significativas.

Procedeu-se ao cálculo do teste ANOVA *one-way* para analisar a eventual diferença no QRVFP-HIS em função das habilitações literárias agrupadas em 4 categorias (1- 1º, 2º e 3º ciclo; 2- Secundário; 3- Licenciatura e Bacharelato; 4- Mestrado e Doutoramento). Os resultados mostram que existem diferenças estatisticamente significativas ( $F(3, 163) = 4.518$ ,  $p = .005$ ) no resultado total do QRVFP-HIS. O mesmo padrão foi encontrado para a História 3 com  $F(3, 167) = 3.899$ ,  $p = .010$ . Na História 1 ( $F(3, 164) = 2.287$ ,  $p = .081$ ) e na História 2 ( $F(3, 166) = 2.591$ ,  $p = .055$ ) não foram registadas diferenças estatisticamente significativas. Os resultados dos testes de comparações múltiplas de Bonferroni indicam diferenças estatisticamente significativas na História 3, entre as categorias 1 e 4 ( $p = .008$ ) e no total do QRVFP-HIS, uma vez mais entre as categorias 1 e 4 ( $p = .002$ ) e entre a 1 e a 3 ( $p = .030$ ). Os resultados sugerem a tendência de menor legitimação da VFP por parte dos participantes com maior grau de instrução. Nas Histórias 1 e 2 não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que concerne à influência das distintas categorias nos totais das histórias e do QRVFP-HIS.

<sup>7</sup> Atendendo que o número de observações é superior a 30 optou-se pelo cálculo do Teste *t-student*, uma vez que os testes paramétricos são mais robustos que os Não Paramétricos (Pestana & Gageiro, 2003). Nos Anexos E,F,G,H, estão disponíveis na íntegra os resultados obtidos no teste *t-student* e ANOVA.

Realizou-se a correlação de *Pearson*<sup>8</sup> entre a variável idade, e os resultados no QRVFP-HIS, obtendo-se coeficientes muito baixos (Pestana & Gageiro, 2003), nomeadamente para a História 2 ( $r = .033, p = .662$ ) e o total da escala ( $r = .089, p = .766$ ). Na História 1 ( $r = .209, p = .006$ ) e na História 3 ( $r = -.023, p = .766$ ) os valores obtidos revelam uma correlação baixa positiva e baixa negativa, respetivamente. No último caso, a correlação negativa significa que, em rigor, à medida que a idade tende a aumentar, diminuiu o grau de legitimação dos participantes relativamente à VFP.

#### 4.4. Estatísticas descritivas dos itens do QVFP – FMR

Como cada um dos fatores do QVFP – FMR é independente, respetivamente, facilitadores, de manutenção e de resolução, não faz sentido trabalhar os totais por fator, mas sim fazer uma análise por item em cada fator. Assim, fez-se a análise das respostas a partir do seu grau de concordância com os itens que compõem a escala, sendo que para cada conjunto de fatores existem condições dos progenitores/vítimas, condições do filho agressor e condições externas.

Considerando as condições desencadeadoras/facilitadoras da VFP<sup>9</sup>, os sujeitos apresentaram maior grau de concordância com o: item 1 “Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar” ( $n = 163; 94.2\%$ ); item 8 “Consumo de álcool ou drogas por parte dos filhos” ( $n = 157; 90.2\%$ ); item 2 “Pais que são muito permissivos e fazem tudo para agradar aos filhos” apontada por 89.7% dos respondentes ( $n = 156$ ). São assinalados com a opção “concordo totalmente” o item 1 ( $n = 64; 37\%$ ), o item 15 “Aceitar-se como normal as birras e o “mau feitio” das crianças, sem se travar logo quando estes comportamentos aparecem na infância” ( $n = 63; 36.2\%$ ) e o item 13 “Inconsistência entre pai e mãe em matéria de disciplina e supervisão: um tem uma atitude e exigência para com o filho e o outro faz exatamente o contrário” ( $n = 57; 32.8\%$ ).

Nos facilitadores que obtiveram maior grau de desacordo o que evidenciou maior percentagem de resposta de “discordo totalmente” foi o item 10, relativo à baixa escolaridade dos progenitores e maior escolaridade dos filhos ( $n = 43; 81.6\%$ ). Importa de referir que o item 9, relativo à existência de diferentes formas de família como dificuldade em impor a autoridade parental, surge com um grau de concordância/discordância muito equivalente, havendo assim uma divergência nas opiniões dos sujeitos da amostra (Concordância:  $n = 84; 48.2\%$ ; Discordância:  $n = 90; 51.7\%$ ).

Relativamente aos fatores que contribuem para a manutenção da VFP<sup>10</sup>, destacam-se: o item 1 relativo ao não reconhecimento dos comportamentos violentos dos filhos contra os pais como um problema grave com 97.7% de

<sup>8</sup> No Anexo I estão disponíveis os resultados das correlações realizadas.

<sup>9</sup> No Anexo N estão disponíveis na íntegra os resultados relativos ao grau de concordância nas respostas dos sujeitos, relativas a este fator.

<sup>10</sup> No Anexo O estão disponíveis na íntegra os resultados relativos ao grau de concordância nas respostas dos sujeitos, relativas a este fator.

concordância ( $n=170$ ), o item 2 que faz referência ao sentimento de vergonha e secretismo sentido pelos progenitores em relação à situação ( $n= 169$ ; 97.1%), o item 6 “Desvalorização da situação por parte dos progenitores” ( $n= 166$ ; 95.4%) e o item 5 “Os filhos perceberam o domínio que têm sobre os pais e aumentarem as ameaças e agressões para manterem esse poder e conseguirem o que querem” ( $n= 165$ ; 94.8%). Por fim, foram ainda considerados os fatores presentes nos itens 4, onde se evidencia a ausência de conhecimento por parte dos progenitores vítimas de instituições a quem possam recorrer auxílio ( $n= 121$ ; 94.3%) e o medo de denúncia do agressor com receio do que lhe possa acontecer, presente no item 7 ( $n= 163$ ; 93.6%). Os itens 1 ( $n= 96$ ; 55.2%) e 2 ( $n= 86$ ; 49.4%) foram os mais referenciados pelos sujeitos com o nível de concordância total.

A maior percentagem de discordância nos fatores de manutenção verificou-se nos itens 17 “os pais implicam com os filhos ou falam com eles de forma agressiva, originando comportamentos violentos” ( $n= 76$ ; 43.7%) e 18, relativo à ausência de confiança na eficácia dos serviços de saúde mental ( $n= 67$ ; 38.5%). Em relação às respostas que evidenciam nível de discordância completa, a maior percentagem foi obtida pelo item 17 ( $n=15$ ; 8.6%).

No que concerne aos fatores de resolução da VFP<sup>11</sup>, os itens considerados de maior relevo para por fim às situações violentas foram o 3 “Dar formação aos profissionais da educação, saúde, serviço social, justiça e forças policiais para identificarem as situações de violência filio-parental e saberem orientar para as entidades competentes na temática” com 99.4% ( $n=173$ ), o 18 “Criar respostas sociais de apoio para estas situações que sejam percebidas como eficazes” ( $n= 172$ ; 98.8%), o 6” Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças têm o direito de ser respeitadas e valorizadas, mas também têm o dever de respeitar e valorizar os adultos, nomeadamente os seus pais” ( $n= 171$ ; 98.2%) e 17 “A justiça adotar respostas rápidas e articuladas com a intervenção social e clínica”. Os itens 3 e 6 foram os que evidenciaram maior número de respostas de concordância total como fatores de resolução, com 58% ( $n=101$ ) e 60.3% ( $n=105$ ), respetivamente.

O item 13, relativo ao tratamento psiquiátrico dos filhos agressores, foi considerado como o menos relevante e com mais respostas “discordo totalmente”, juntamente com a necessidade de melhorar as condições sócioeconómicas das famílias, correspondente ao item 10 ( $n= 49$ ; 28.3%).

#### 4.5. Comparações das respostas aos itens do QVFP – FMR em função do sexo<sup>12</sup>

Como cada item é respondido numa escala ordinal, para esta análise recorreu-se ao teste não paramétrico *U de Mann-Whitney*. No fator relativo

<sup>11</sup> No Anexo P estão disponíveis na íntegra os resultados relativos ao grau de concordância nas respostas dos sujeitos, relativas a este fator.

<sup>12</sup> No Anexo M estão disponíveis na íntegra os resultados do Teste *U de Mann-Whitney* em função do sexo.

aos facilitadores da VFP registaram-se diferenças estatisticamente significativas em função do sexo nos itens 11, referente à percepção de controlo e poder por parte dos filhos em relação aos pais ( $U=2099$ ;  $p=.049$ ), o 13, que se refere à inconsistência no estabelecimento de regras e disciplina entre os progenitores ( $U=2086$ ;  $p=.044$ ), o 15 ( $U=2029$ ;  $p=.024$ ) e 19 ( $U=1973,5$ ;  $p=.013$ ), relacionados com o estabelecimento de limites e estilo permissivo dos progenitores como condições facilitadoras da VFP.

Considerando o fator relativo às condições de manutenção da VFP, os resultados significativos surgem apenas no item 13 ( $U=1992$ ;  $p=.015$ ), relacionado com a manifestação de atos de arrependimento por parte dos filhos agressores, fora dos momentos de violência.

Por fim, no que concerne aos fatores associados à resolução da VFP, e à semelhança do anterior, apenas é destacado o item 17 ( $U=2075$ ;  $p=.032$ ) como estatisticamente significativo. Este item refere-se à necessidade de implementação de medidas rápidas por parte do sistema de justiça articuladas com a intervenção social e clínica.

Em análise à média de respostas obtidas pelos participantes a cada um dos itens é notável que, no que concerne ao fator facilitadores, o mais referenciado pelo sexo feminino é o item 19 “Busca de satisfação imediata dos pais, pois “educar” os filhos implica estabelecer limites, e essa é uma tarefa por vezes difícil e desagradável”, com uma média de ordem de 91.99 ( $N=136$ ). De seguida, são ainda evidenciados os itens 15 “Aceitar-se como normal as birras e o “mau feitio” das crianças, sem se travar logo quando estes comportamentos aparecem na infância” (Média de ordem=91.58;  $N=136$ ) e 13 “Inconsistência entre pai e mãe em matéria de disciplina e supervisão: um tem uma atitude e exigência para com o filho e o outro faz exatamente o contrário” (Média de ordem = 91.16;  $N=136$ ). Por sua vez, o item 6 “Situações de *stress* e dificuldades económicas nas famílias” foi o mais referenciado pelo sexo masculino, sendo o único em que a média é superior à do sexo feminino (Média de ordem =95.01;  $N=38$ ).

No fator de Manutenção, tal como no anterior, o sexo feminino tende a obter médias superiores ao sexo masculino. Esta tendência demonstrou maior evidência nos itens 13 “Manifestação de carinho e arrependimento por parte dos filhos agressores, fora dos momentos de violência” (Média de ordem =91.85;  $N= 136$ ) e 15 “Medo por parte dos pais de que a restante família os culpe e rejeite por terem feito denúncia” (Média de ordem =90.94;  $N=136$ ). Em contrapartida, o item 17 “Os pais implicam com os filhos ou falam com eles de forma agressiva, originando os comportamentos violentos nos filhos” foi o mais apontado pelos participantes do sexo masculino da amostra, com uma média de 99.75 ( $N=38$ ).

A evidência mencionada também parece sentir-se no fator de resolução, com maior incidência no item 17 “A justiça adotar respostas rápidas e articuladas com a intervenção social” (Média de ordem = 91.24;  $N=136$ ), para o sexo feminino. Os itens 4 “Reduzir o *stress* a que as pessoas estão cada vez mais expostas” e 10 “ Melhorar as condições socioeconómicas das famílias” foram os mais referidos pelo sexo masculino com uma média de 93.16 ( $N=$

38) e 91.67 (N= 38), respetivamente.

#### 4.6. Análise da desejabilidade social<sup>13</sup>

Relativamente à escala de desejabilidade social, os coeficientes de correlação obtidos entre a MCSDS e o QRVFP-HIS, para o total da escala e para cada uma das três histórias, revelam níveis de correlação muito baixos, de  $r = .182$  com a História 1,  $r = .112$  com a História 2,  $r = .053$  com a História 3 e  $r = .130$  com o total da escala. Estes coeficientes indicam que as respostas aos três instrumentos são independentes e por isso a desejabilidade social não terá influenciado a resposta dos sujeitos aos outros dois instrumentos.

#### 4.7. Análise de respostas às questões abertas

Nas respostas relativas à questão “*Em algum destes casos considera que há violência por parte dos filhos contra os pais?*”, verifica-se que cerca de 169 (97.1%) dos participantes consideram existir violência nas histórias apresentadas. Entre estes e tendo em conta os 161 participantes que responderam à questão “*Se sim, diga porquê e indique qual é o caso, ou os casos, em que ela está presente*”, a maioria ( $n = 134$ ; 83.2 %) referencia a presença de violência filio-parental em todas as histórias. Cerca de 25 (15.5%) referem apenas a História 1, e as Histórias 2 e 3 foram as menos apontadas, com 1.2% ( $n = 2$ ) e 7.5% ( $n = 12$ ), respetivamente.

Relativamente à gravidade da situação de VFP da questão “*Se sim, qual parece ser o caso mais grave e porquê?*”, a história mais referida foi a História 1 ( $n = 98$ ; 62.8%), que remete para uma relação conflituosa entre um adolescente de 15 anos e a mãe, marcada por um conjunto de comportamentos desafiantes e agressões físicas. Em seguida é destacada a História 3 ( $n = 35$ ; 22.4%), referente a um menino de 9 anos que manifesta vários comportamentos de oposição em relação aos progenitores e agressões físicas. A História 2 foi considerada como a menos grave ( $n = 12$ ; 7.7%), fazendo referência a uma adolescente com 12 anos cujo seu comportamento é pautado por atitudes de oposição e desobediência aos progenitores. Cerca de 21 sujeitos (13.5%) consideraram não existir diferenças na gravidade dos factos expressos em todas as Histórias. Ainda como resposta a esta questão, foram apontados como aspetos que configuram VFP a idade precoce e a fase de adolescência dos agressores ( $n = 54$ ; 41.9 %) e, ainda, a perpetração de agressões físicas ( $n = 43$ ; 32.6%). Foram também consideradas a instabilidade familiar e permissividade dos progenitores ( $n = 25$ ; 18.9%), os comportamentos disruptivos e agressividade ( $n = 15$ ; 11.4%), abuso Psicológico ( $n = 14$ ; 10.6%), abuso verbal ( $n = 8$ ; 6.1%) e influência dos pares ( $n = 4$ ; 3%).

À questão “*Já ouviu falar de violência dos filhos contra os pais?*”, 162 (93.1%) participantes respondem de forma positiva, e 12 (6.9%) disseram não ter conhecimento sobre este fenómeno. Quanto à fonte de informação, 133

<sup>13</sup> No Anexo I estão disponíveis os resultados das correlações realizadas.



participantes (88.7%) referem os *Media* e a Comunicação Social, nomeadamente a Televisão ( $n=53$ ; 35.3%), os Jornais e Literatura ( $n=16$ ; 10.7%), Internet ( $n=9$ ; 6%) e Rádio ( $n=1$ ; 0.7%). Os participantes indicam também a sua Atividade Profissional e Formação Académica ( $n=60$ ; 40%) e o seu Meio Social ( $n=42$ ; 28%).

Na questão “*Conhece algum caso em que considera que há violência dos filhos contra os pais?*”, a maioria das suas respostas é negativa ( $n=117$ ; 68%). Entre os participantes que mencionaram conhecer algum caso ( $n=55$ ; 32%) adiantaram como critérios para considerarem que é VFP haver Abuso Físico ( $n=27$ ; 55.1%), seguindo-se o Abuso Psicológico ( $n=24$ ; 49%), o Abuso Verbal ( $n=14$ ; 28.6%) e, por fim, o Abuso Financeiro ( $n=2$ ; 4%).

## V - Discussão de Resultados

No que respeita às qualidades psicométricas dos instrumentos, verifica-se que o QRVFP-HIS apresenta para o total da escala uma boa consistência interna, mas cada uma das histórias e, particularmente a História 2, exigem mais estudos e refinamentos, pois os coeficientes encontrados são baixos. Poderá ser necessário tornar as histórias mais curtas, para os participantes não desmotivarem, e rever os itens que em cada história podem estar a comprometer a consistência. A consistência interna de cada um dos três fatores do QVFP-FMR é bastante boa.

Da análise descritiva dos resultados obtidos nos dois questionários de avaliação das representações sociais são registados valores pouco legitimadores da VFP. No que concerne especificamente ao QRVFP-HIS, a maioria dos participantes reconheceu a presença de VFP nas histórias, no entanto a História 2 é aquela onde parece haver mais legitimação/aceitação deste tipo de condutas. Nesta narrativa o agressor é uma adolescente com 12 anos sujeita a um estilo educativo liberal, marcado pela inconsistência de regras entre os progenitores. Ao contrário das restantes histórias, na História 2 não são descritos episódios de abuso físico.

Em contrapartida, a História 1 foi aquela em que emergiu uma menor legitimação por parte dos participantes. Nesta narrativa o agressor é um adolescente de 15 anos que ficou ao encargo da avó e tia durante o período de emigração da mãe e do padrasto. Após o regresso da progenitora, o seu comportamento foi marcado por recorrentes comportamentos de oposição e desafio, chegando a agredi-la fisicamente.

Assim, o abuso perpetrado de forma “silenciosa”, sem agressões físicas, parece ainda ser menosprezado como uma forma de violência. A ausência de informação e a proliferação efetuada pelos *media* são descritos pela literatura como os principais responsáveis pela sobrevalorização atribuída à agressão física (Silva, Coelho, & Caponi, 2007). As informações qualitativas obtidas no protocolo vão ao encontro com esta ideia, uma vez que a maioria dos participantes considerou a perpetração do abuso físico como uma condição para a gravidade das histórias.

Para além disto, importa considerar o sexo do agressor. A literatura refere a tendência para considerar o sexo masculino no papel de agressor, ao passo que à figura feminina é atribuído o papel passivo e dócil (Ariza & Vargas, 2007).

No QVFP-FMR as análises realizadas quanto à convicção dos participantes sobre cada um dos itens revelam uma tendência para responder de forma concordante/discordante aos itens, com poucas respostas no Concordo/Discordo Totalmente. No que concerne às condições facilitadoras, o item 1 “Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar” emerge como condição mais destacada, o que é congruente com a literatura, ao considerar que a experiência precoce da criança com dinâmicas violentas, ainda que de forma indireta, tende a ser por ela manifestada como método preferencial de interação e satisfação das suas necessidades pessoais (Bandura, 1977; Bobic, 2004). São vários estudos que demonstram a transmissão transgeracional da violência (Bobic, 2004; Costa et al., 2007; Paterson et al., 2002; Routt & Anderson, 2011). O item 8 “Consumo de álcool ou drogas por parte dos filhos” foi também bastante apontado e é sustentado na literatura como um fator precipitante da VFP (Betancourt, 2012; Clement, 2014; Morales & Castillo, 2011). Todavia, isoladamente não deve ser assumido como uma causa (Rechea et al., 2008a), podendo provocar maior distanciamento, mudanças comportamentais e comunicação desajustada nas relações familiares (Ibabe & Jaureguizar, 2011). Por fim, é ainda realçado o item 2 “Pais que são muito permissivos e fazem tudo para agradar os filhos”, igualmente em conformidade com estudos realizados neste domínio (Bobic, 2004; Calvete et al., 2014; Clement, 2014; Paterson et al., 2002; Pereira, 2011).

Os itens 13 (“Inconsistência entre pai e mãe em matéria de disciplina e supervisão: um tem uma atitude e exigência para com o filho e o outro faz exatamente o contrário”) e 15 (“Aceitar-se como normal as birras e o “mau feitio” das crianças, sem se travar logo quando estes comportamentos aparecem na infância”) foram, juntamente com o item 1, os fatores com maior número de respostas de concordância completa dos participantes. A maioria das pesquisas realizadas no âmbito da violência filio-parental tem referido, como uma das causas associadas às características familiares, nomeadamente os estilos parentais, a inconsistência de regras e ausência de estratégias de supervisão (Cottrel & Monk, 2004). Em conformidade com o evidenciado neste estudo, Gallagher (2008) refere a crescente tendência da sociedade da culpabilização/responsabilização dos progenitores, o que poderá ser explicado pela escassez de informação sobre este fenómeno.

A condição das novas formas de família como dificuldade em impor a autoridade parental, referente ao item 9, mostrou alguma divergência de opiniões entre os sujeitos. Se por um lado surge uma maior influência das tipologias familiares na perpetração de atos violentos (Ibabe et al., 2007), por outro, Cánovas e Sahuquillo (2010) fazem notar a inexistência de uma relação causal direta entre o núcleo familiar tradicional e o desenvolvimento de ótimas relações entre os membros.

Relativamente às condições de manutenção das situações abusivas, os

dados fornecidos pelos sujeitos mostram-se concordantes com a literatura existente a este nível. A ausência de reconhecimento e denúncia das condutas violentas exercidas pelos filhos encontra-se, em parte, estritamente relacionadas com a fraca delimitação entre o comportamento de desafio e oposição característico da fase da adolescência e os atos abusivos propriamente ditos. Como já evidenciado anteriormente, a VFP não surge no “aqui e agora”, sendo resultado de um continuum de episódios na relação entre o progenitor e o filho. A evolução desta escalada de violência é, na maioria dos casos, tida pelos progenitores como uma situação passageira que, mais cedo ou mais tarde, será ultrapassada (Pereira, 2011). A este fator surge também associado o sentimento de medo, vergonha e secretismo em volta dos comportamentos abusivos, apontados pela literatura como facilitadores do isolamento dos progenitores das suas redes de suporte (Agnew & Huguley, 1989). Para além da noção de esfera privada da família, o papel parental assume uma função social, no sentido em que reconhecer as atitudes violentas dos filhos é, igualmente, reconhecer o seu fracasso enquanto educador, no domínio público (García & Tercero, 2006). Esta constante negação poderá manter o mito de paz e harmonia familiar mas contribuirá para o agravamento da situação abusiva (Tercero & Menna, 2009).

Os participantes indicaram ainda a ausência de conhecimento por parte dos progenitores de instituições onde possam solicitar apoio. Tal poderá dever-se à falta de informação e sensibilização para este tipo de condutas, resultado da escassez e negligência de investigação.

Quanto aos fatores de resolução da VFP, os participantes destacam a necessidade de dar formação e sensibilizar os profissionais de diversas áreas para identificarem as situações de violência filiofamiliar e saberem orientar para as entidades competentes; este dado remete-nos não só para o reconhecimento da gravidade e emergência deste fenómeno mas também para a possibilidade de ter suscitado por parte dos participantes uma maior reflexão acerca das políticas de detenção e combate às situações abusivas.

Numa análise global às três condições evidenciadas, os resultados remetem para a abordagem sistémica/ecológica, a mais consensual no seio da comunidade científica. Neste sentido, a complexidade definidora da VFP é traduzida num fenómeno relacional, determinada pela multicausalidade e interação entre os sistemas (Cottrell & Monk, 2004). Para além dos fatores ontogénicos do agressor e as características das vítimas, importa considerar as características familiares e o contexto social e cultural onde está inserido.

Considerar a adoção de estratégias interventivas e de prevenção implica, necessariamente, o envolvimento de todos os intervenientes com a noção de que ambos reduzem a hostilidade vivida em torno do sistema familiar e com o círculo coersivo de violência (Serra, 2013). Esta intervenção deve abranger igualmente a comunidade e remete para a necessidade de um esforço de prevenção primário desejavelmente desenvolvido em parcerias, que objetive alterar mentalidades no que concerne à diminuição da vergonha e medo sentidos por parte dos progenitores e consequentes sentimentos de culpa pelos comportamentos agressivos dos filhos.

Tendo em consideração a análise às variáveis sociodemográficas e as representações sociais em torno da VFP, no que diz respeito ao sexo, as diferenças significativas encontradas quanto ao grau de legitimação revelam atitudes mais tolerantes por parte do sexo masculino nas Histórias, resultados que são congruentes com estudos realizados com outros tipos de violência. Mendes e Cláudio (2010) consideram que esta crença de legitimação por parte do sexo masculino pode ser explicada pelos papéis desempenhados por cada sexo e a maior tendência de o sexo feminino ser associado ao papel de vítima, e por isso mais susceptível à sensibilização deste tipo de temáticas.

Considerando as médias obtidas pelos participantes relativamente a cada um dos itens dos fatores do QVFP-FMR, em função do sexo, é de denotar uma maior tendência por parte do sexo feminino para apontar as características familiares e a responsabilidade/educação parental como fatores facilitadores da VFP. Em contrapartida, o sexo masculino parece atribuir uma causa externa ao desencadeamento deste tipo de condutas a causas externas, nomeadamente as situações de *stress* e as dificuldades económicas da família.

Uma vez mais são evidenciados fatores familiares pelo sexo feminino, associados à manutenção da violência dos filhos para com os pais. Tais fatores estão relacionados aos períodos “lua-de-mel”, caracterizados pela manifestação de afeto e arrependimento por parte dos filhos agressores após os episódios de violência. A este fator surge também associado o sentimento de medo, vergonha e culpa em denunciar a situação, já referido como um indicador de isolamento dos progenitores das suas redes de suporte e facilitador do aumento da gravidade dos comportamentos abusivos. O sexo masculino refere como fator associado à manutenção da VFP o modelamento e aprendizagem por parte dos filhos dos comportamentos agressivos tidos pelos progenitores na interação com os mesmos. No entanto, na perspetiva de Aroca (2008), o modelamento apenas é considerado como um elemento de aprendizagem e não de manutenção. Neste sentido, dependendo das consequências geradas e do grau de aceitação por parte do meio, as condutas poderão ser mantidas, alteradas ou eliminadas.

Como forma de findar a perpetração das condutas abusivas, ambos os sexos fizeram referência a fatores externos. O sexo feminino considera como fator de resolução a melhoria do sistema de justiça e a sua articulação com outros setores, diminuindo assim o sentimento de descrença sentida por parte dos progenitores e minimização da manutenção da VFP. Por sua vez, e à semelhança dos fatores facilitadores, o sexo masculino referencia como possíveis soluções a redução do *stress* e a melhoria das condições socioeconómicas das famílias.

A tolerância em redor da VFP mostrou também depender das habilitações literárias, apontando no sentido que os participantes com menor nível de instrução (1º, 2º e 3º ciclo) revelam valores mais elevados de legitimação. Tal poderá estar associado à recente emergência do fenómeno e à escassez de informação. Os participantes com maior grau de instrução, de sua maioria relacionados com a área da saúde e ciências humanas, possuem

na sua formação académica contacto com temáticas relacionadas com a violência, estando por isso mais sensíveis a este tipo de questões.

Os dados obtidos da análise da variável idade remetem para uma correlação muito baixa, quase nula, com as respostas às histórias, mostrando que são independentes, ou seja, a variação numa não se associa à variação na outra.

Por fim, no que diz respeito à escala de desejabilidade de Marlow-Crowne, os dados são sugestivos a assegurar que não houve tendência por parte dos sujeitos para responder de acordo com o socialmente aceite.

De um modo geral, os objetivos inicialmente propostos deste estudo foram cumpridos, no entanto no que se restringe à validação dos dois instrumentos de avaliação das representações sociais em torno da VFP, os níveis fracos de consistência interna no QRVFP-HIS, ponderam uma revisão dos procedimentos e análise dos itens. Considerando que se trata de um estudo pioneiro no domínio das representações sociais em torno da VFP na comunidade em geral, em Portugal, urge, contudo, mencionar algumas limitações passíveis de serem colmatadas em investigações futuras.

Atendendo ao facto do método de recolha da amostra ter sido de conveniência, seria adequado uma recolha com uma distribuição mais representativa de sexos e dos vários níveis de escolaridade.

Neste enquadramento, em estudos posteriores, sugere-se a prossecução da investigação nesta área, nomeadamente na análise da influência de variáveis sociodemográficas como o estado civil, a existência ou não de filhos e a atividade profissional. Embora fosse nosso propósito inicial, tal objetivo tornou-se impraticável, devido ao volume de informação e a delimitação da tese.

## **VI - Conclusões**

A emergência da violência Filioparental tem gradualmente começado a levantar o manto do secretismo, alojado entre as paredes da esfera privada da família. Com a crescente visibilidade e preocupação com este fenómeno, surge a necessidade de investigar e compreender a sua dinâmica e complexidade. Pesquisas realizadas são concordantes, ao considerar que a VFP deve ser compreendida a partir de um modelo ecológico integrador de variáveis intrapessoais, familiares, culturais e comunitárias (Tercero & Menna, 2009). Trata-se de uma realidade multidimensional em que a sua construção social é partilhada por um coletivo de discursos dominantes. Esta influência direta exercida pela sociedade nas representações sociais em torno da violência filioparental permite perceber quais os significados atribuídos aos comportamentos do indivíduo, consensos e ambivalências e ainda conhecer as ressonâncias.

Atendendo aos objetivos propostos, a presente investigação procurou identificar as situações mais suscetíveis de serem legitimadas pelos participantes e quais as suas atribuições sobre os fatores facilitadores, de manutenção e resolução da VFP. Foi ainda analisada a influência de variáveis

sociodemográficas sobre essas representações, nomeadamente o sexo, a idade e as habilitações literárias. Como conclusões do estudo, as qualidades psicométricas dos instrumentos avaliados não correspondem totalmente ao que seria esperado. O QRVFP – HIS registou coeficientes de consistência interna baixos, tornando necessários estudos posteriores no sentido de replicar e refinar os resultados encontrados, nomeadamente ao nível da estrutura e da propriedade dos itens, aumentando a qualidade global da escala. Por sua vez, o QVFP - FMR revelou um coeficiente elevado de consistência interna em cada um dos seus fatores, e por isso constitui um bom instrumento de investigação a utilizar nesta temática.

Os resultados obtidos sugerem valores pouco legitimadores da VFP por parte dos adultos da comunidade geral.

As considerações geradas a partir da realização deste estudo têm como primordial intuito ampliar o conhecimento relativo às ideias comuns presentes no quotidiano acerca da Violência perpetrada pelos filhos contra os pais. Tal recai essencialmente em deslindar mitos enraizados nos padrões transgeracionais, capazes de estimular a transparência do fenómeno e dificultar a implementação de políticas de prevenção e intervenção comunitárias.

## Bibliografia

- Agnew, R., & Huguley, S. (1989). Adolescent violence towards parents. *Journal of Marriage and the Family*, 51(3), 699-711.
- Agustina, J.R., & Romero, F. (2013). Análisis Criminológico de la Violencia FilioParental. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, 3 (9), 225-266.
- Alexandre, M. (2004). Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum – Rio de Janeiro*, 10 (23), 122-138.
- Almeida, C.D. (2008). *Violência Doméstica. Que políticas?: O Impacto das políticas sociais no combate à violência doméstica no concelho de Montemor-o-velho*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal.
- Almiro, P.A., Simões, M. R., & Sousa, L. (2012). *Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (versão 33 itens): Estudos de adaptação e validação para a população portuguesa*. Em preparação.
- Anchieta, V.C.C., & Galinkin, A.L. (2005). Policiais Civis: Representando a Violência. *Psicologia & Sociedade*, 17 (1), 17-28.
- APAV (2012). *Estatísticas APAV. Violência Doméstica: Filhos que agridem os pais [2004-2011]*. Retirado de [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_VD\\_Filhos\\_que\\_agridem\\_os\\_pais\\_2004-2011](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Filhos_que_agridem_os_pais_2004-2011).
- Ariza, R.S, & Vargas, R. (2007) Las representaciones sociales de la violencia intrafamiliar en la prensa colombiana. In *Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses*. Bogotá: Publicación “Forensis” Datos para la

- vida. Retirado de [http://www.medicinalegal.gov.co/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=323](http://www.medicinalegal.gov.co/index.php?option=com_wrapper&Itemid=323).
- Aroca, C. (2008). "La familia como factor de riesgo o de protección en el aprendizaje en conductas violentas". In *I Congrés Família i Valors 'Educant ciutadania'*, Barcelona.
- Aroca, C. (2010). *La Violencia filio-parental: una aproximacion a sus claves*. Tesis Doctoral não publicada. Universidad de Valencia, Españã.
- Badinter, E. (2011). *La mujer y la madre. Un libro polémico sobre la maternidad como una nueva forma de esclavitud*. Barcelona: La esfera de los libros.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Oxford, England: Prentice-Hall.
- Barger, S. D. (2002). The Marlowe-Crowne affair: short forms, psychometric structure, and social desirability. *Journal of Personality Assessment*, 79 (2), 286-305.
- Barrera, M. J., & Li, S. A. (1996). The relation of family support to adolescents psychological distress and behavior problems. In G. R. Pierce, & I. G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family* (pp. 313-343). New York: Plenum Press.
- Betancourt, N.A.N. (2012). *Del conflicto a la violència en las relaciones de padres y madres com hijos adolescentes*. Tesis não publicada. Facultad de Ciencias Humanas - Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colombia.
- Bobic, N. (2004). *Adolescent violence towards parents*. Australian Domestic and Family Violence Clearinghouse. Retirado de [http://www.adfvc.unsw.edu.au/PDF%20files/adolescent\\_violence.pdf](http://www.adfvc.unsw.edu.au/PDF%20files/adolescent_violence.pdf)
- Calvete, E., Orue, I., Bertino, L., González, Z., Montes, Y., Padilla, P., & Pereira, R. (2014). Child-to-Parent Violence in Adolescents: The Perspectives of the Parents, Children, and Professionals in a Sample of Spanish Focus Group Participants. *Journal of Family Violence*, 29 (3), 343-352. DOI: 10.1007/s10896-014-9578-5.
- Calvete, E., Orue, I., & Sampedro, R. (2011). Violencia filio-parental en la adolescencia: Características ambientales y personales. *Infancia y Aprendizaje*, 34 (3), 349-363.
- Canha, J. (2002). A Criança vítima de violència. In C. Machado, & R.A. Gonçalves (Coord.), *Violência e vítimas de crime*, 2, (pp. 13-36). Coimbra: Quarteto Editora.
- Cánovas, P., & Sahuquillo, P. (2010). Educación y diversidad familiar: aproximación al caso de la monoparentalidad. *Educatio Siglo XXI*, 28 (1), 109-126.
- Chartier, J.P., & Chartier, L. (2000). *Los padres mártires*. Madrid: Ed. Javier de Vergara.
- Clement, S. (2014). *Parental Abuse: available remedies and interventions for victims in the Netherlands*. Master Thesis, Tilburg University, Holland.
- Costa, M.C.O., Carvalho, R.C., Bárbara, J.F.R.S., Gomes, W.A., & Sousa, H.L. (2007). O perfil da violència contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de Validação de duas escalas de avaliação das representações sociais em torno da Violência filio-parental numa amostra de adultos da comunidade geral  
Joana Isabel Vargas Ribeiro (e-mail:joana\_i.r@hotmail.com) 2015

- violência. *Ciências & Saúde Coletiva*, 12 (5), 1129-1141.
- Cottrell, B. (2001). *Parent abuse: The abuse of adults by their teenager children: Overview Paper*. Ottawa: Public Health Agency of Canada. Retirado de [http://www.canadiancrc.com/PDFs/Parent\\_Abuse\\_Abuse\\_of\\_Parents\\_by\\_Their\\_Teenage\\_Children\\_2001.pdf](http://www.canadiancrc.com/PDFs/Parent_Abuse_Abuse_of_Parents_by_Their_Teenage_Children_2001.pdf).
- Cottrell, B., & Monk, P. (2004). Adolescent-to-parent abuse: A qualitative overview of common themes. *Journal of Family Issues*, 25 (8), 1072-1095.
- Crichton-Hill, Y., Evans, N., & Meadows, L. (2006). Adolescent Violence Towards Parents. *Te Awatea Review*, 4 (2), 21-22.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349-354.
- Dahlberg, L.L., & Krug, E.G. (2007). Violence: a Global Public Health Problem. *Ciências & Saúde Coletiva*, 11, 1163- 1178.
- Delanez, G.O. (2012). *A Violência Intrafamiliar e as suas consequências no desenvolvimento da criança*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Direito da Pontifícia - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Demaray, M. P., & Malecki, C. K. (2002). The relationship between perceived social support and maladjustment for students at risk. *Psychology in the Schools*, 39, 305-316.
- Dias, A.F. (2009). *Vivências e Percepções de adolescentes em situação de Exclusão Social sobre a violência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Dodge, K.A. (1985). Attributional bias in aggressive children. In P.C. Kendall (Ed.). *Advances in Cognitive Behavioral Research and Therapy* (pp. 73-110). New York: Academic Press.
- Dodge, K.A., & Pettit, G. (2003). A biopsychosocial model of the development of chronic conduct problem in adolescence. *Developmental Psychology*, 39(2), 349-371.
- Dossi, A.P., Saliba, O., Garbin, C.A.S., & Garbin, A.J.I. (2008). Perfil Epidemiológico da Violência Física Intrafamiliar: Agressões denunciadas num Município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (8), 1939-1952.
- Estévez, E., & Góngora, J.N. (2009). Adolescent Aggression Towards Parents: Factors Associated and Intervention Proposals. In C. Quin, & S. Tawse (Ed.), *Handbook of Aggressive Behavior Research* (pp. 143-164). Nova Science Publishers.
- Feldman, P.M. (1979). *Comportamento Criminoso: uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Frizzell, A. (1998). *Biting the hand that feeds? The social construction of adolescent violence toward parents as a social problem*, Master Thesis, University of New Brunswick, Canada.
- Gagné, M. H., Lavoie, F., & Hébert, M. (2004). "Exploration des rapports entre différentes expériences avec la violence dans la vie des jeunes Québécois(es)". *Revue de Psychoéducation*, 33 (1), 41-60.



- Galinkin, A.L., Almeida, A.M.O., & Anchieta, V.C.C. (2012). Social Representations of Teachers and Police Officers about Youth and Violence. *Paidéia*, 22 (53), 365-374.
- Gallagher, E. (2004). Parents victimized by their children. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 25, 1-12.
- Gallagher, E. (2008). *Children's violence to parents: A critical literature review*, Master Thesis, Monash University, Australia.
- Gómez-Guadix, M., & Calvete, E. (2012). Violencia filio-parental y su asociación con la exposición a la violencia marital y la agresión de padres a hijos. *Psicothema*, 24(2), 277-283.
- García, A.L.C., & Alberola, D.C.R. (2010). Menores Agresores en el Ámbito Familiar. Un estudio de casos. *Revista de derecho penal y criminología*, 3, 353-375.
- García, T.P., & Tercero, R.P. (2006). Violencia Filio Parental: Revisión de la Bibliografía. *Revista Mosaico*, 4 (36), 10-17.
- Garrido, V. G. (2005). *Los hijos tiranos. El síndrome del emperador*. Barcelona: Ariel.
- Gómez, B.S. (2012). Violencia Filio-parental: aproximación a un fenómeno emergente. *El Genio Maligno - Revista de humanidades y ciencias sociales*, 11, 73-107.
- González, M., Gesteira, C., Fernández, I., & García, M. (2009). Programa de adolescentes que agreden a sus padres (p. a. p.): una propuesta específica para el tratamiento de problemas de conducta en el ámbito familiar. *Psicopatología Clínica Legal y Forense*, 9, 149-170.
- González, M., Morán, N., Gesteira, C., & García, M. (2011). Caracterización de los menores que agreden a sus padres. *Revista de Psicopatología Clínica, Legal y Forense*, 11, 7-27.
- Guareschi, P. (1995). Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch, (Org.), *Textos em representação social* (pp. 191-225). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Guimarães, S.P., & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 188-196.
- Harbin, H. T., & Madden, D.J. (1979). Battered parents: a new syndrome. *American Journal of Psychiatry*, 136, 1288-1291.
- Herrenkohl, T.I., Huang, B., Kosterman, R., Hawkins, J. D., Catalano, R. F., & Smith, B. H. (2001). A comparison of social development processes leading to violent behaviour in late adolescence for childhood initiators and adolescent initiators of violence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38, 45-63.
- Hong, J.S., Kral, M.J., Espelage, D.L., & Allen-Meares, P. (2012). The Social Ecology of Adolescent-Initiated Parent Abuse: A Review of the Literature. *Child Psychiatry Human Development*, 43,431-454.
- Howard, J., & Rottem, N. (2008). *It all starts at home: male adolescent violence to mothers*. St Kilda, Victoria: Inner South Community Health.

- Ibabe I., & Jaureguizar J. (2011). Hasta qué punto la violencia filio-parental es bidireccional?. *Anales de Psicología*, 27, 265-277.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J., & Díaz, O. (2007). *Violencia Filioparental: conductas violentas de jóvenes hacia sus padres*. País Vasco: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco - Vitoria-Gasteiz: Eusko Jaurlaritzaren Argitalpen Zerbitzu Nagusia.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões*. Lisboa: INE.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.
- Kappler, K.E. (2010). La nueva violencia intrafamiliar: la violencia de los menores hacia sus progenitores. In *FES - X Congreso Español de Sociología*, Pamplona, 1-3 Jun. 2010.
- Krug, E.G., Dahlberg, L.L., Mercy, J.A., Zwi, A.B, & Lozano, R. (Eds.) (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Laurent, A., & Derry, A. (1999). Violence of French adolescents toward their parents. Characteristics and context. *Journal of Adolescent Health*, 25 (1), 21-26.
- Livingston, L.R. (1986). Children's violence to single mothers. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 13 (4), 920-933.
- Loo, R., & Loewen, P. (2004). Confirmatory factor analyses of scores from full and short versions of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Journal of Applied Social Psychology*, 34,(11), 2343-2352.
- Machado, L.M.G.S. (2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a violência Interpessoal*. Dissertação de Mestrado, Escola de estudos Pós-graduados e de Investigação - Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Marris, M. (1997). *Teenagers: A parents' Guide for 90's*. Alexandria: Tandem press.
- Matos, L.C. (2004). *Prisioneiros do Estigma Representações Sociais sobre o Adolescente infrator*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Saúde - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência*. Lisboa: Coisas de Ler Edições.
- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Braga, 4-6 Fev.2010.
- Menna, L.B., & Tercero, R.P. (2010a). Cuando los Adolescentes toman el poder: Un caso de Violencia Filioparental. *Sistemas Familiares*, 1, 1-33.
- Menna, L.B., & Tercero, R.P. (2010b). Los hijos que agreden a sus padres: La actitud del Profesional de Atención Primaria. *Formación Médica Continuada en Atención Primaria*, 7 (1), 39-47.
- Monteiro, A.C.N, Cabral, M.A.A., & Jodelet, D. (1999). As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4 (1),61-170.

- Montolio, C.A., Leonhardt, P.C., & Robles, J.L.A. (2012). Características de las familias que sufren violencia filio-parental: un estudio de revisión. *Educatio Siglo XXI*, 30 (2), 231-254.
- Morales, H., & Castillo, J. (2011). Violencia cometida por los adolescentes en la familia o cuando son los hijos los que maltratan: Un estudio en la ciudad de Barranquilla, Colombia. *Revista Criminalidad*, 53 (2), 99-121.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Musitu, G., Martínez, B., & Murgui, S. (2006). Conflicto marital, apoyo parental y ajuste escolar en adolescentes. *Anuario de Psicología*, 37, 249-261.
- Oliveira, M.S., & Sani, A.I. (2009). A Intergeracionalidade da Violência nas Relações de Namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 162-170.
- Pagani, L., Tremblay, R. E., Nagin, D., Zoccolillo, M., Vitaro, F., & McDuff, P. (2009). Risk factor models for adolescent verbal and physical aggression toward fathers. *Journal of Family Violence*, 24, 173-182.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using SPSS for Windows (Version 12) (2ª ed.)*. Australia: Allen & Unwin.
- Paterson, R., Perlesz, H.L.A., & Cotton, S. (2002). Adolescent Violence towards Parents: Maintaining Family Connections When The Going Gets Tough. *Australian & New Zealand Journal of Family Therapy*, 2 (23), 90-100.
- Patuleia, N., & Alberto, I. (2014). Tornar visível o escondido: a violência filio-parental. Artigo a submeter.
- Pereira, R. (2010). Violence Against Parents: Family dynamics and Keys for the Intervention. *European Family Therapy Website*. Acedido Outubro 27, 2014, em <http://www.europeanfamilytherapy.eu/wpcontent/uploads/2012/10/pereiraviolence.ppt>.
- Pereira, R. (2011). *Psicoterapia de la violencia filio-parental – Entre el secreto y la vergüenza*. Madrid: Ediciones Morata.
- Pestana M. H., & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Porto, M.S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.
- Portugal, A.M., & Alberto, I. M. (2012). O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: desafios e especificidades. *Psychologica*, 52 (2), 387-400.
- Projeto Daphne. *Menores que Agridem os Pais II*. (2009). Retirado de [http://www.alteaeuropa.org/documentos/Informe\\_final\\_Portugal\\_portugues.pdf](http://www.alteaeuropa.org/documentos/Informe_final_Portugal_portugues.pdf).
- Rechea, C., & Cuervo, A. L. (2010). *Menores agresores en el ámbito familiar*. Centro de investigación en criminología, Universidad de Castilla La Mancha.

- Rechea, C., Fernández, E., & Cuervo, A. (2008a). *Menores agresores en el ámbito familiar*. Centro de Investigación en Criminología, Universidad de Castilla La Mancha.
- Rechea, C., Fernández, E., & Cuervo, A. (2008b). Menores Agresores en el hogar. *Boletín criminológico*, 106, 1-4.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (Coord.) (2012). *Manual SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar: Uma Proposta de Manual para Profissionais de Saúde na área da violência familiar/ entre parceiros íntimos*. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.
- Routt, G., & Anderson, L. (2011). Adolescent Aggression: Adolescent Violence towards Parents. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 20, 1–19.
- Santos, M.F.S. (1994). Representação Social e a relação individuo-sociedade. *Temas em Psicologia*, 3, 133-142.
- Scagliusi, F. B., Cordás, T. A., Polacow, V. O., Coelho, D., & Alvarenga, M., et al. (2004). Tradução da escala de desejo de aceitação social de Marlowe & Crowne. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33, 272-278.
- Serra, A.N. (2013). *El fenómeno de la violencia filio-parental: Un proyecto de prevención*. Trabajo fin de máster, Facultad de Psicología - Universidad Complutense de Madrid, España.
- Sesa, D.N., Almenar, C.G., & Campo, L.M. (2012). La Violencia intrafamiliar en el ámbito de Justicia Juvenil: el papel del Educador Social. *Revista de Educación Social*, 15, 1-16.
- Silva, L.L., Coelho, E.B. S., & Caponi, S.N.C. (2007). Silent violence: psychological violence as a condition of domestic physical violence. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11 (21), 93-103.
- Silvestre, M. J. A. (2011). *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS): Estudo de validação numa amostra de adolescentes delinquentes institucionalizados em Centros Educativos* (Tese de mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Portugal.
- Stewart, M., Wilkes, L. M., Jackson, D., & Mannix, J. (2006). Child-to-mother violence: A pilot study. *Contemporary Nurse*, 21 (2), 297-310.
- Tatman, A. W., Swogger, M. T., Love, K., & Cook. M. D. (2009). Psychometric properties of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale with adult male sexual offenders. *Sex Abuse*, 21(1), 21-34. doi: 10.1177/1079063208325203.
- Tercero, R.P., & Menna, L.B. (2009). Una Comprensión Ecológica de la Violencia Filio-Parental. *Revista Redes*, 21, 69-90.
- Thornberry, T.P., Huizinga, D., & Loeber, R. (1995). The prevention of serious delinquency and violence: implications from the program of research on the causes and correlates of delinquency. In J.C.Howell et al., (eds.), *A Sourcebook: serious, violent, and chronic juvenile offenders* (pp.213-237). CA: Sage.
- Urra, J. (2006). *El pequeño dictador: cuando los padres son las víctimas*.

Madrid: La esfera de los libros.

Wolfe, D. A., Wekerle, C., & Scott, K. (1997). *Alternatives to violence*.  
Thousand Oaks, CA: Sage.

## **Anexos**

## ANEXO A- Características Psicométricas do QRVFP-HIS (Total)

**Tabela 1. Consistência Interna do QRVFP-HIS Total**

$\alpha$ (28 itens)	.852
---------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna do QRVFP-HIS**

Itens	$M_a$	$\sigma_a^2$	$r_b$	$\alpha_a$
QRVFP – HIS11	48.26	66.335	.399	.847
QRVFP – HIS12	48.35	66.526	.517	.844
QRVFP – HIS13	48.53	67.138	.499	.845
QRVFP – HIS14	47.67	65.122	.517	.843
QRVFP – HIS15	47.15	69.972	.091	.858
QRVFP – HIS16	48.66	68.189	.420	.847
QRVFP – HIS17	48.64	68.517	.387	.848
QRVFP – HIS18	48.56	68.343	.294	.850
QRVFP – HIS19	48.18	66.162	.472	.844
QRVFP – HIS110	48.51	70.689	.047	.858
QRVFP – HIS21	48.15	67.310	.407	.847
QRVFP – HIS22	48.19	66.453	.428	.846
QRVFP – HIS23	48.01	66.355	.436	.845
QRVFP – HIS24	48.44	68.130	.306	.849
QRVFP – HIS26	47.89	65.342	.475	.844
QRVFP – HIS28	48.56	68.306	.353	.848
QRVFP – HIS29	48.45	66.710	.476	.845
QRVFP – HIS210	48.25	68.329	.274	.850
QRVFP – HIS31	47.80	66.895	.348	.848
QRVFP – HIS32	47.93	64.374	.535	.842
QRVFP – HIS33	48.19	64.548	.672	.839
QRVFP – HIS34	47.99	65.006	.558	.842
QRVFP – HIS35	47.19	69.266	.123	.858
QRVFP – HIS36	47.06	69.973	.108	.856
QRVFP – HIS37	48.38	66.794	.468	.845
QRVFP – HIS38	48.18	65.203	.555	.842
QRVFP – HIS39	48.39	65.931	.497	.844
QRVFP – HIS310	48.21	67.801	.318	.849

Nota.  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatística Descritiva dos Itens do QRVFP-HIS (Total)**

Itens	M	DP
QRVFP – HIS11	1.66	.755
QRVFP – HIS12	1.56	.585
QRVFP – HIS13	1.39	.535
QRVFP – HIS14	2.25	.736
QRVFP – HIS15	2.77	.792
QRVFP – HIS16	1.25	.487
QRVFP – HIS17	1.28	.477
QRVFP – HIS18	1.36	.630
QRVFP – HIS19	1.74	.675
QRVFP – HIS110	1.41	.734
QRVFP – HIS21	1.77	.616
QRVFP – HIS22	1.72	.697
QRVFP – HIS23	1.91	.699
QRVFP – HIS24	1.48	.645
QRVFP – HIS26	2.03	.765
QRVFP – HIS28	1.35	.548
QRVFP – HIS29	1.47	.607
QRVFP – HIS210	1.67	.669
QRVFP – HIS31	2.12	.760
QRVFP – HIS32	1.99	.792
QRVFP – HIS33	1.72	.634
QRVFP – HIS34	1.93	.701
QRVFP – HIS35	2.73	.869
QRVFP – HIS36	2.86	.724
QRVFP – HIS37	1.54	.607
QRVFP – HIS38	1.74	.684
QRVFP – HIS39	1.53	.672
QRVFP – HIS310	1.71	.676



## ANEXO B – Características Psicométricas e Estatísticas Descritivas do QRVFP-HIS 1

**Tabela 1. Consistência Interna do QRVFP-HIS 1**

$\alpha$ (10 itens)	.675
---------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna dos itens da História 1**

Itens	$M_a$	$\sigma_a^2$	$r_b$	$\alpha_a$
QRVFP – HIS11	15.00	8.376	.410	.635
QRVFP – HIS12	15.10	8.914	.423	.636
QRVFP – HIS13	15.27	8.915	.478	.630
QRVFP – HIS14	14.41	8.255	.457	.625
QRVFP – HIS15	13.89	9.518	.120	.701
QRVFP – HIS16	15.41	9.090	.479	.633
QRVFP – HIS17	15.38	9.390	.382	.647
QRVFP – HIS18	15.30	9.448	.230	.670
QRVFP – HIS19	14.92	8.541	.441	.630
QRVFP – HIS110	15.26	9.616	.128	.695

*Nota.*  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos itens da História 1**

Itens	M	DP
QRVFP – HIS11	1.66	.755
QRVFP – HIS12	1.56	.585
QRVFP – HIS13	1.39	.535
QRVFP – HIS14	2.25	.736
QRVFP – HIS15	2.77	.792
QRVFP – HIS16	1.25	.487
QRVFP – HIS17	1.28	.477
QRVFP – HIS18	1.36	.630
QRVFP – HIS19	1.74	.675
QRVFP – HIS110	1.41	.734

## ANEXO C – Características Psicométricas e Estatísticas Descritivas do QRVFP-HIS 2

**Tabela 1. Consistência Interna do QRVFP-HIS 2**

$\alpha$ (8 itens)	.620
--------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna dos itens da História 2**

Itens	$M_a$	$\sigma^2_a$	$r_b$	$\alpha_a$
QRVFP – HIS21	11.61	6.077	.359	.576
QRVFP – HIS22	11.65	5.891	3.48	.578
QRVFP – HIS23	11.47	5.809	.374	.570
QRVFP – HIS24	11.90	6.152	.308	.590
QRVFP – HIS26	11.35	5.774	.326	.586
QRVFP – HIS28	12.02	6.511	.266	.601
QRVFP – HIS29	11.91	6.061	.376	.572
QRVFP – HIS210	11.69	6.472	.183	.625

*Nota.*  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos itens da História 2**

Itens	M	DP
QRVFP – HIS21	1.76	.616
QRVFP – HIS22	1.72	.695
QRVFP – HIS23	1.90	.696
QRVFP – HIS24	1.47	.643
QRVFP – HIS26	2.02	.762
QRVFP – HIS28	1.35	.546
QRVFP – HIS29	1.46	.605
QRVFP – HIS210	1.68	.671

## ANEXO D – Características Psicométricas e Estatísticas Descritivas do QRVFP-HIS 3

**Tabela 1. Consistência Interna do QRVFP-HIS 3**

$\alpha$ (10 itens)	.718
---------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna dos itens da História 3**

Itens	$M_a$	$\sigma_a^2$	$r_b$	$\alpha_a$
QRVFP – HIS31	17.72	12.340	.303	.708
QRVFP – HIS32	17.87	11.433	.460	.681
QRVFP – HIS33	18.12	11.563	.584	.665
QRVFP – HIS34	17.91	11.362	.571	.664
QRVFP – HIS35	17.13	12.751	.161	.739
QRVFP – HIS36	16.98	13.294	.133	.734
QRVFP – HIS37	18.31	12.585	.364	.698
QRVFP – HIS38	18.11	11.420	.571	.664
QRVFP – HIS39	18.29	12.047	.406	.691
QRVFP – HIS310	18.15	12.452	.337	.702

*Nota.*  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos itens da História 3**

Itens	M	DP
QRVFP – HIS31	2.12	.754
QRVFP – HIS32	1.98	.790
QRVFP – HIS33	1.72	.640
QRVFP – HIS34	1.93	.693
QRVFP – HIS35	2.71	.872
QRVFP – HIS36	2.87	.721
QRVFP – HIS37	1.53	.605
QRVFP – HIS38	1.73	.681
QRVFP – HIS39	1.55	.701
QRVFP – HIS310	1.70	.675

**ANEXO E – Resultados dos testes *t* e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS Total)**

**Tabela 1. Resultados do teste *t* para a variável género**

	Género	M	DP	<i>t</i> (168)	<i>P</i>	95% IC	
						LI	LS
QRVFP-	Feminino <sup>a</sup>	49.19	8.312				
HIS Total	Masculino <sup>b</sup>	52.71	8.632	-2.216	.028	-6.659	-.385

*Nota.* IC = Intervalo de Confiança; LI = limite inferior; LS = limite superior  
a *n* = 135; b *n* = 35

**Tabela 2. Resultados da ANOVA para a variável Habilitações Literárias**

Habilitações literárias	ANOVA	
	F (3,163)	<i>p</i>
Grupo 1 (1 <sup>o</sup> ,2 <sup>o</sup> ,3 <sup>o</sup> ciclo) <sup>a</sup>		
Grupo 2 (secundário) <sup>b</sup>		
QRVFP-HIS Total	4.518	.005*
Grupo 3 (Licenciatura, Bacharelato) <sup>c</sup>		
Grupo 4 (Mestrado e Doutoramento) <sup>d</sup>		

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**Tabela 3. Resultados do Teste de Comparações múltiplas de Bonferroni (variável Habilitações Literárias)**

	Habilitações literárias			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
QRVFP-HIS				
Total				
Sig.				
	Grupo 1 <sup>a</sup>	.106	.030	.002
	Grupo 2 <sup>b</sup>	.106	1.000	.238
	Grupo 3 <sup>c</sup>	.030	1.000	.434
	Grupo 4 <sup>d</sup>	.002	.238	.434

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**ANEXO F – Resultados dos testes *t* e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS 1)**

**Tabela 1. Resultados do teste *t* para a variável género**

	Género	M	DP	<i>t</i> (169)	<i>P</i>	95% IC	
						LI	LS
QRVFP-	Feminino <sup>a</sup>	16.34	3.067				
HIS 1	Masculino <sup>b</sup>	17.86	3.773	-2.513	.013	-2.715	-.326

*Nota.* IC = Intervalo de Confiança; LI = limite inferior; LS = limite superior  
a *n* = 135; b *n* = 35

**Tabela 2. Resultados da ANOVA para a variável Habilitações Literárias**

Habilitações literárias	ANOVA	
	F (3,164)	<i>p</i>
Grupo 1 (1 <sup>o</sup> ,2 <sup>o</sup> ,3 <sup>o</sup> ciclo) <sup>a</sup>		
Grupo 2 (secundário) <sup>b</sup>		
QRVFP-HIS 1	2.287	.081*
Grupo 3 (Licenciatura, Bacharelato) <sup>c</sup>		
Grupo 4 (Mestrado e Doutoramento) <sup>d</sup>		

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**Tabela 3. Resultados do Teste de Comparações múltiplas de Bonferroni (variável Habilitações Literárias)**

	Habilitações literárias			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Grupo 1 <sup>a</sup>		.464	.699	.070
QRVFP-HIS 1	Grupo 2 <sup>b</sup>	.464	1.000	1.000
Sig.	Grupo 3 <sup>c</sup>	.699	1.000	.449
	Grupo 4 <sup>d</sup>	.070	1.000	.449

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**ANEXO G – Resultados dos testes *t* e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS 2)**

**Tabela 1. Resultados do teste *t* para a variável género**

	Género	M	DP	<i>t</i> (169)	<i>P</i>	95% IC	
						LI	LS
QRVFP-	Feminino <sup>a</sup>	13.24	2.814				
HIS 2	Masculino <sup>b</sup>	13.84	2.467	-1.170	.244	-1.600	.409

*Nota.* IC = Intervalo de Confiança; LI = limite inferior; LS = limite superior  
a *n* = 135; b *n* = 35

**Tabela 2. Resultados da ANOVA para a variável Habilitações Literárias**

Habilitações literárias	ANOVA	
	F (3,166)	<i>p</i>
Grupo 1 (1 <sup>o</sup> ,2 <sup>o</sup> ,3 <sup>o</sup> ciclo) <sup>a</sup>		
Grupo 2 (secundário) <sup>b</sup>		
QRVFP-HIS 2	2.591	.055*
Grupo 3 (Licenciatura, Bacharelato) <sup>c</sup>		
Grupo 4 (Mestrado e Doutoramento) <sup>d</sup>		

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**Tabela 3. Resultados do Teste de Comparações múltiplas de Bonferroni (variável Habilitações Literárias)**

	Habilitações literárias			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Grupo 1 <sup>a</sup>		.580	.152	.052
QRVFP-HIS 2	Grupo 2 <sup>b</sup>	.580	1.000	.704
Sig.	Grupo 3 <sup>c</sup>	.152	1.000	1.000
	Grupo 4 <sup>d</sup>	.052	.704	1.000

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**ANEXO H – Resultados dos testes *t* e ANOVA para a influência das variáveis sociodemográficas (QRVFP-HIS 3)**

**Tabela 1. Resultados do teste *t* para a variável género**

	Género	M	DP	<i>t</i> (169)	<i>P</i>	95% IC	
						LI	LS
QRVFP-	Feminino <sub>a</sub>	19.57	3.687				
HIS 3	Masculino <sub>b</sub>	20.84	4.117	-1.838	.068	-2.646	.094

*Nota.* IC = Intervalo de Confiança; LI = limite inferior; LS = limite superior  
a *n* = 135; b *n* = 35

**Tabela 2. Resultados da ANOVA para a variável Habilitações Literárias**

Habilitações literárias	ANOVA	
	F (3,167)	<i>P</i>
Grupo 1 (1 <sup>o</sup> ,2 <sup>o</sup> ,3 <sup>o</sup> ciclo) <sub>a</sub>		
Grupo 2 (secundário) <sub>b</sub>		
QRVFP-HIS 3	3.899	.010*
Grupo 3 (Licenciatura, Bacharelato) <sub>c</sub>		
Grupo 4 (Mestrado e Doutoramento) <sub>d</sub>		

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

**Tabela 3. Resultados do Teste de Comparações múltiplas de Bonferroni (variável Habilitações Literárias)**

	Habilitações literárias			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Grupo 1 <sub>a</sub>		.421	.075	.008
QRVFP-HIS 3	Grupo 2 <sub>b</sub>	.421	1.000	.166
Sig.	Grupo 3 <sub>c</sub>	.075	1.000	.609
	Grupo 4 <sub>d</sub>	.008	.166	.609

*Nota.* . a *n* = 14; b *n* = 50; c *n* = 86; d *n* = 21;  
\* *p* < .05

## ANEXO I – Análise dos Resultados das Correlações (*r* de Pearson)

**Tabela 1. Resultados das Correlações de Pearson**

Medida	HIS 1	HIS 2	HIS 3	HIS Total
HIS 1	1	.597**	.510**	.813**
HIS 2	.597**	1	.703**	.877**
HIS 3	.510**	.703**	1	.881**
HIS Total	.813**	.877**	.881**	1

\*\*  $p < .01$

**Tabela 2. Resultados das Correlações de Pearson entre a variável idade e QRVFP Total e Histórias**

	HIS 1	HIS 2	HIS 3	HIS Total
Idade	.209**	.033	0.23	0.89

\*\*  $p < .01$

**Tabela 3. Resultados das Correlações de Pearson entre a Escala de Desejabilidade e QRVFP Total e Histórias e Idade**

	HIS 1	HIS 2	HIS 3	HIS Total
Escala de Desejabilidade	.182*	.112	.053	.130

\* $p < .05$

**Tabela 4. Resultados das Correlações de Pearson entre a Escala de Desejabilidade e e Idade**

	Idade
Escala de Desejabilidade	.374**

\*\*  $p < .01$



**ANEXO J – Características Psicométricas e Estatísticas Descritivas do QVFP-FMR  
(Fatores Facilitadores)**

**Tabela 1. Consistência Interna do QVFP-Facilitadores**

$\alpha$ (19 itens)	.828
---------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna dos itens do QVFP-Facilitadores**

Itens	$M_a$	$\sigma_a^2$	$r_b$	$\alpha_a$
QVFP – FMR11	52.62	40.307	.342	.824
QVFP – FMR12	52.76	39.100	.479	.818
QVFP – FMR13	53.00	40.221	.317	.825
QVFP – FMR14	52.83	39.528	.369	.823
QVFP – FMR15	53.03	39.673	.365	.823
QVFP – FMR16	53.15	38.094	.511	.815
QVFP – FMR17	52.88	39.072	.383	.822
QVFP – FMR18	52.72	39.332	.452	.819
QVFP – FMR19	53.45	40.434	.231	.830
QVFP – FMR110	54.03	40.510	.207	.832
QVFP – FMR111	52.79	39.642	.324	.825
QVFP – FMR112	53.17	38.051	.522	.815
QVFP – FMR113	52.74	38.403	.525	.815
QVFP – FMR114	53.12	38.514	.491	.816
QVFP – FMR115	52.68	38.869	.460	.818
QVFP – FMR116	52.92	38.744	.430	.820
QVFP – FMR117	52.98	38.785	.465	.818
QVFP – FMR118	52.90	38.768	.462	.818
QVFP – FMR119	52.87	38.407	.490	.816

*Nota.*  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos itens QVFP-Facilitadores**

Itens	M	DP
QVFP – FMR11	3.31	.594
QVFP – FMR12	3.16	.626
QVFP – FMR13	2.92	.647
QVFP – FMR14	3.10	.696
QVFP – FMR15	2.89	.677
QVFP – FMR16	2.77	.732
QVFP – FMR17	3.05	.753
QVFP – FMR18	3.21	.622
QVFP – FMR19	2.48	.759
QVFP – FMR110	1.89	.796
QVFP – FMR111	3.13	.747
QVFP – FMR112	2.75	.725
QVFP – FMR113	3.18	.674

---

QVFP – FMR114	2.80	.696
QVFP – FMR115	3.24	.681
QVFP – FMR116	3.00	.739
QVFP – FMR117	2.94	.688
QVFP – FMR118	3.03	.694
QVFP – FMR119	3.06	.713

---

**ANEXO K – Características Psicométricas e Estatísticas Descritivas do QVFP-FMR  
(Fatores de Manutenção)**

**Tabela 1. Consistência Interna do QVFP-Manutenção**

$\alpha$ (19 itens)	.842
---------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna dos itens do QVFP-Manutenção**

Itens	$M_a$	$\sigma^2_a$	$r_b$	$\alpha_a$
QVFP – FMR21	55.34	64.757	.451	.835
QVFP – FMR22	55.40	63.953	.533	.833
QVFP – FMR23	55.62	64.017	.512	.833
QVFP – FMR24	55.99	62.225	.532	.830
QVFP – FMR25	55.51	63.754	.531	.832
QVFP – FMR26	55.50	63.801	.556	.832
QVFP – FMR27	55.58	63.181	.576	.831
QVFP – FMR28	55.82	62.725	.498	.832
QVFP – FMR29	55.73	61.898	.638	.827
QVFP – FMR210	55.87	61.029	.682	.825
QVFP – FMR211	56.02	61.630	.586	.828
QVFP – FMR212	55.83	61.889	.649	.827
QVFP – FMR213	55.47	58.424	.146	.905
QVFP – FMR214	56.05	61.327	.590	.828
QVFP – FMR215	55.83	62.363	.561	.830
QVFP – FMR216	56.02	62.774	.463	.833
QVFP – FMR217	56.27	64.476	.314	.840
QVFP – FMR218	56.08	61.716	.578	.829
QVFP – FMR219	55.59	64.174	.523	.833

*Nota.*  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos itens QVFP-Manutenção**

Itens	M	DP
QVFP – FMR21	3.52	.566
QVFP – FMR22	3.46	.575
QVFP – FMR23	3.24	.588
QVFP – FMR24	2.87	.760
QVFP – FMR25	3.36	.598
QVFP – FMR26	3.36	.570
QVFP – FMR27	3.28	.614
QVFP – FMR28	3.04	.748
QVFP – FMR29	3.13	.680
QVFP – FMR210	2.99	.717
QVFP – FMR211	2.84	.758
QVFP – FMR212	3.03	.671

---

QVFP – FMR213	3.40	2.350
QVFP – FMR214	2.82	.783
QVFP – FMR215	3.03	.712
QVFP – FMR216	2.84	.788
QVFP – FMR217	2.59	.805
QVFP – FMR218	2.78	.759
QVFP – FMR219	3.27	.560

---

**ANEXO L – Características Psicométricas e Estatísticas Descritivas do QVFP-FMR  
(Fatores de Resolução)**

**Tabela 1. Consistência Interna do QVFP-Resolução**

$\alpha$ (19 itens)	.919
---------------------	------

**Tabela 2. Consistência Interna dos itens do QVFP-Resolução**

Itens	$M_a$	$\sigma_a^2$	$r_b$	$\alpha_a$
QVFP – FMR31	60.15	48.080	.642	.913
QVFP – FMR32	60.10	48.147	.657	.913
QVFP – FMR33	60.01	48.741	.627	.914
QVFP – FMR34	60.52	48.588	.443	.919
QVFP – FMR35	60.08	48.132	.645	.913
QVFP – FMR36	59.99	48.090	.692	.912
QVFP – FMR37	60.09	47.528	.727	.911
QVFP – FMR38	60.19	47.614	.672	.913
QVFP – FMR39	60.31	47.936	.557	.915
QVFP – FMR310	60.68	49.724	.304	.923
QVFP – FMR311	60.12	48.636	.553	.915
QVFP – FMR312	60.22	48.315	.639	.914
QVFP – FMR313	60.67	48.511	.383	.922
QVFP – FMR314	60.42	47.896	.593	.914
QVFP – FMR315	60.44	48.092	.496	.917
QVFP – FMR316	60.20	47.810	.720	.912
QVFP – FMR317	60.17	47.530	.737	.911
QVFP – FMR318	60.16	47.638	.769	.911
QVFP – FMR319	60.05	48.340	.631	.914

*Nota.*  $a$ = se item eliminado;  $b$ = Correlação item/escala

**Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos itens QVFP-Resolução**

Itens	M	DP
QVFP – FMR31	3.44	.566
QVFP – FMR32	3.49	.547
QVFP – FMR33	3.58	.507
QVFP – FMR34	3.07	.704
QVFP – FMR35	3.51	.558
QVFP – FMR36	3.59	.528
QVFP – FMR37	3.50	.558
QVFP – FMR38	3.40	.591
QVFP – FMR39	3.28	.658
QVFP – FMR310	2.90	.738
QVFP – FMR311	3.47	.579
QVFP – FMR312	3.37	.543
QVFP – FMR313	2.92	.802

---

QVFP – FMR314	3.17	.627
QVFP – FMR315	3.14	.705
QVFP – FMR316	3.39	.536
QVFP – FMR317	3.41	.552
QVFP – FMR318	3.43	.520
QVFP – FMR319	3.53	.546

---

**ANEXO M – Resultados do Teste U de Mann-Whitney para a influência da variável  
gênero (QVFP-FMR)**

**Tabela 1. Média de ordem do QVFP-FMR em função do gênero**

	Gênero	N	Média de Rank
QVFP – FMR11	Feminino	135	87.79
	Masculino	38	84.21
QVFP – FMR12	Feminino	136	90.02
	Masculino	38	78.47
QVFP – FMR13	Feminino	136	90.39
	Masculino	38	77.16
QVFP – FMR14	Feminino	136	89.79
	Masculino	38	79.29
QVFP – FMR15	Feminino	135	87.57
	Masculino	38	84.97
QVFP – FMR16	Feminino	136	85.40
	Masculino	38	95.01
QVFP – FMR17	Feminino	136	88.11
	Masculino	38	85.33
QVFP – FMR18	Feminino	136	87.63
	Masculino	38	87.03
QVFP – FMR19	Feminino	136	88.96
	Masculino	38	82.26
QVFP – FMR110	Feminino	136	89.46
	Masculino	38	80.47
QVFP – FMR111	Feminino	136	91.07
	Masculino	38	74.74
QVFP – FMR112	Feminino	136	90.13
	Masculino	38	78.08
QVFP – FMR113	Feminino	136	91.16
	Masculino	38	74.39
QVFP – FMR114	Feminino	136	87.64
	Masculino	38	87.00
QVFP – FMR115	Feminino	136	91.58
	Masculino	38	72.89
QVFP – FMR116	Feminino	136	88.90
	Masculino	38	82.49
QVFP – FMR117	Feminino	136	89.74
	Masculino	38	79.50
QVFP – FMR118	Feminino	136	88.58
	Masculino	38	83.62
QVFP – FMR119	Feminino	136	91.99
	Masculino	38	71.43
QVFP – FMR21	Feminino	136	89.40
	Masculino	38	80.70
QVFP – FMR22	Feminino	136	87.99

	Masculino	38	85.75
	Feminino	136	89.88
QVFP – FMR23	Masculino	38	78.97
	Feminino	136	87.98
QVFP – FMR24	Masculino	38	85.79
	Feminino	136	90.27
QVFP – FMR25	Masculino	38	77.58
	Feminino	136	89.27
QVFP – FMR26	Masculino	38	81.16
	Feminino	136	89.90
QVFP – FMR27	Masculino	38	78.91
	Feminino	136	87.59
QVFP – FMR28	Masculino	38	87.18
	Feminino	136	86.44
QVFP – FMR29	Masculino	38	91.30
	Feminino	136	86.66
QVFP – FMR210	Masculino	38	90.51
	Feminino	136	86.46
QVFP – FMR211	Masculino	38	91.24
	Feminino	136	86.35
QVFP – FMR212	Masculino	38	91.61
	Feminino	136	91.85
QVFP – FMR213	Masculino	38	71.92
	Feminino	136	86.68
QVFP – FMR214	Masculino	38	90.45
	Feminino	136	90.94
QVFP – FMR215	Masculino	38	75.18
	Feminino	136	87.31
QVFP – FMR216	Masculino	38	88.18
	Feminino	136	84.08
QVFP – FMR217	Masculino	38	99.75
	Feminino	136	89.59
QVFP – FMR218	Masculino	38	80.07
	Feminino	136	90.01
QVFP – FMR219	Masculino	38	78.50
	Feminino	136	87.68
QVFP – FMR31	Masculino	38	86.87
	Feminino	136	89.06
QVFP – FMR32	Masculino	38	81.91
	Feminino	136	88.75
QVFP – FMR33	Masculino	38	83.03
	Feminino	136	85.92
QVFP – FMR34	Masculino	38	93.16
	Feminino	136	89.83
QVFP – FMR35	Masculino	38	79.17
	Feminino	136	88.43
QVFP – FMR36	Masculino	38	84.18
	Feminino	135	87.76
QVFP – FMR37			



	Masculino	38	84.32
QVFP – FMR38	Feminino	136	87.78
	Masculino	37	84.12
QVFP – FMR39	Feminino	136	88.77
	Masculino	38	82.95
QVFP – FMR310	Feminino	135	85.69
	Masculino	38	91.67
QVFP – FMR311	Feminino	136	89.33
	Masculino	38	80.96
QVFP – FMR312	Feminino	135	89.57
	Masculino	38	77.88
QVFP – FMR313	Feminino	135	88.47
	Masculino	37	79.32
QVFP – FMR314	Feminino	136	88.85
	Masculino	38	82.68
QVFP – FMR315	Feminino	135	87.86
	Masculino	38	83.95
QVFP – FMR316	Feminino	136	89.12
	Masculino	38	87.71
QVFP – FMR317	Feminino	136	91.24
	Masculino	38	74.11
QVFP – FMR318	Feminino	136	89.21
	Masculino	38	91.38
QVFP – FMR319	Feminino	135	87.24
	Masculino	38	86.14

**Tabela 2. Média de ordem do QVFP-FMR em função do gênero**

	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Sig.
QVFP – FMR11	2459.000	3200.000	.656
QVFP – FMR12	2241.000	2982.000	.146
QVFP – FMR13	2191.000	2932.000	.095
QVFP – FMR14	2272.000	3013.000	.199
QVFP – FMR15	2488.000	3229.000	.752
QVFP – FMR16	2298.500	11614.500	.255
QVFP – FMR17	2501.500	3242.500	.742
QVFP – FMR18	2566.000	3307.000	.940
QVFP – FMR19	2385.000	3126.000	.432
QVFP – FMR110	2317.000		.291

Validação de duas escalas de avaliação das representações sociais em torno da Violência filio-parental numa amostra de adultos da comunidade geral  
Joana Isabel Vargas Ribeiro (e-mail:joana\_i.r@hotmail.com) 2015

	3058.000	
QVFP – FMR111	2099.000	.049
	2840.000	
QVFP – FMR112	2226.000	.149
	29.67.000	
QVFP – FMR113	2086.000	.044
	2827.000	
QVFP – FMR114	2565.000	.939
	3306.000	
QVFP – FMR115	2029.000	.024
	2770.000	
QVFP – FMR116	2393.500	.443
	3134.500	
QVFP – FMR117	2280.000	.203
	3021.000	
QVFP – FMR118	2436.500	.553
	3177.500	
QVFP – FMR119	1973.500	.013
	2714.500	
QVFP – FMR21	2325.500	.279
	3066.500	
QVFP – FMR22	2517.500	.783
	3258.500	
QVFP – FMR23	2260.000	.169
	3001.000	
QVFP – FMR24	2519.000	.797
	3260.000	
QVFP – FMR25	2207.000	.119
	2948.000	
QVFP – FMR26	2343.000	.317
	3084.000	
QVFP – FMR27	2257.500	.172
	2998.500	
QVFP – FMR28	2572.000	.962
	3313.000	
QVFP – FMR29	2439.500	.556
	11755.500	
QVFP – FMR210	2469.500	.649
	11785.500	
QVFP – FMR211	2442.000	.575
	11758.000	
QVFP – FMR212	2428.000	.520
	11744.000	
QVFP – FMR213	1992.000	.015
	2733.000	
QVFP – FMR214	2472.000	.662
	1178.000	
QVFP – FMR215	2116.000	.057

	2857.000	
QVFP – FMR216	2558.000	.919
	11874.000	
QVFP – FMR217	2118.500	.068
	11434.500	
QVFP – FMR218	23.01.500	.268
	3042.500	
QVFP – FMR219	2242.000	.145
	2983.000	
QVFP – FMR31	2560.000	.921
	3301.000	
QVFP – FMR32	2371.500	.376
	3112.500	
QVFP – FMR33	2114.000	.470
	3155.000	
QVFP – FMR34	2369.000	.389
	11685.000	
QVFP – FMR35	2267.500	.187
	3008.500	
QVFP – FMR36	2458.000	.590
	3199.00	
QVFP – FMR37	2463.000	.669
	3204.000	
QVFP – FMR38	2409.500	.656
	3112.500	
QVFP – FMR39	2411.000	.478
	3152.000	
QVFP – FMR310	23.87.500	.478
	11567.500	
QVFP – FMR311	2335.500	.304
	3076.500	
QVFP – FMR312	2218.500	.141
	2959.500	
QVFP – FMR313	2232.000	.286
	2935.000	
QVFP – FMR314	2401.000	.443
	3142.000	
QVFP – FMR315	2449.000	.633
	3190.000	
QVFP – FMR316	2364.000	.353
	3105.000	
QVFP – FMR317	2075.000	.032
	2816.000	
QVFP – FMR318	2351.500	.327
	3092.500	
QVFP – FMR319	2532.500	.891
	3273.500	

**ANEXO N – Resultados do Grau de Concordância nas respostas do QVFP-FMR  
(Fatores Facilitadores)**

**Tabela 1. Percentagem das Respostas obtidas para cada item dos Fatores Facilitadores**

A Violência filiofamiliar geralmente resulta de:	Discordo		Discordo		Concordo		Concordo	
	Totalmente 1	N	2	N	3	N	Totalmente 4	N
1.Exposição dos filhos a situações de violência e conflito familiar.	0.6	1	5.2	9	57.2	99	37	64
2.Pais que são muito permissivos e fazem tudo para agradar aos filhos.	1.1	2	9.2	16	62.1	108	27.6	48
3.Pais muito autoritários e rígidos que não deixam espaço aos filhos e os tornam revoltados.	1.7	3	19.5	34	63.2	110	15.5	27
4.Pais que não conseguem estabelecer e exigir rotinas e regras bem claras na organização familiar.	2.3	4	12.6	22	58	101	27	47
5.Isolamento social das famílias, sem rede social de suporte e envolvimento na comunidade.	1.2	2	25.4	44	56.6	98	16.8	29
6.Situações de stresse e dificuldades económicas das famílias.	2.9	5	31.6	55	50.6	88	14.9	26
7.Atual permissividade social relativamente ao que as crianças e adolescentes podem fazer.	2.9	5	17.8	31	51.7	90	27.6	48
8.Consumos de álcool ou drogas por parte dos filhos.	0.6	1	9.2	16	59.2	103	31	54
9.Diferentes formas de famílias, em que há mães, pais, madrastas, padrastos, tornando-se difícil para os filhos saber quem tem autoridade sobre eles.	8	14	43.7	76	40.2	70	8	14
10. Baixa escolaridade dos pais e maior escolaridade dos filhos, o que dá maior poder aos filhos em relação aos pais.	33.3	58	48.3	84	14.4	25	4	7
11. Os filhos perceberem que têm poder e controlo sobre os pais.	4	7	9.8	17	54.6	95	31.6	55
12. Sentimentos de culpa dos pais/mães por terem pouco tempo para estar com os filhos.	4	7	29.9	52	53.4	93	12.6	22
13. Inconsistência entre pai e mãe em matéria de disciplina e supervisão: um tem uma atitude e exigência para com o filho e o outro faz exatamente o contrário.	0.6	1	13.2	23	53.4	93	32.8	57
14. Baixa autoestima por parte dos pais.	2.3	4	28.7	50	55.2	96	13.8	24
15. Aceitar-se como normal as birras e o "mau feito" das crianças, sem se travar logo quando estes comportamentos aparecem na infância.	1.7	3	8.6	15	53.4	93	36.2	63
16. Os pais não controlam o mau comportamento dos filhos com medo de que estes deixem de gostar deles.	2.9	5	18.4	32	54.6	95	24.1	42
17. Existe confusão sobre a maneira correta de educar que resulta da má interpretação da "educação democrática".	2.9	5	17.8	31	61.5	107	17.8	31
18. Há pais que são emocionalmente muito dependentes dos filhos, levando a um relacionamento entre pais e filhos tão próximo que se esquecem dos papéis, direitos e deveres diferentes que pais e filhos têm na família.	0.6	1	20.7	36	54	94	24.7	43
19. Busca de satisfação imediata dos pais, pois "educar" os filhos implica estabelecer limites, e essa é uma tarefa por vezes difícil e desagradável.	2.3	4	16.1	28	55.7	97	25.9	45

**ANEXO O – Resultados do Grau de Concordância nas respostas do QVFP-FMR  
(Fatores de Manutenção)**

**Tabela 1. Percentagem das Respostas obtidas para cada item dos Fatores de Manutenção**

O que mais contribui para a manutenção das situações de violência filioparental é:	Discordo Totalmente		Discordo		Concordo		Concordo Totalmente	
	1	N	2	N	3	N	4	N
1.Não se reconhecer os comportamentos violentos dos filhos contra os pais como um problema grave.	0.6	1	1.7	3	42.5	74	55.2	96
2.Os pais terem vergonha em relação à situação e por isso manterem-na em segredo.	0.6	1	2.3	4	47.7	83	49.4	86
3.Os pais sentirem-se incompetentes por não conseguirem resolver a situação.	0.6	1	6.3	11	61.5	107	37.6	55
4.Ausência de respostas/serviços que possam dar resposta aos pedidos de ajuda.	2.9	5	27.6	48	49.4	86	20.1	35
5.Os filhos perceberem o domínio que têm sobre os pais e aumentarem as ameaças e agressões para manterem esse poder e conseguirem o que querem.	0.6	1	4.6	8	53.4	93	41.4	72
6.Desvalorização da situação por parte dos pais.			4.6	8	54.6	95	40.8	71
7.Os pais não denunciarem a situação por medo do que possa acontecer aos filhos, por exemplo, serem institucionalizados.	1.1	2	5.2	9	58	101	35.6	62
8.A comunidade ainda não reconhecer e não valorizar este tipo de violência.	2.3	4	19	33	51.1	89	27.6	48
9.Falta de conhecimentos dos pais sobre como e a quem pedir ajuda.	1.1	2	13.8	24	55.7	97	29.3	51
10.Falta de confiança na eficácia dos serviços sociais.	0.6	1	24.1	42	50.6	88	24.7	43
11.Medo, por parte dos pais, de que os profissionais e comunidade não acreditem neles e desvalorizem a sua situação.	2.9	5	29.3	51	48.9	85	19	33
12.Desconhecimento dos pais, enquanto vítimas de violência por parte dos filhos, relativamente aos seus direitos.	1.1	2	17.2	30	58.6	102	23	40
13.Manifestação de carinho e arrependimento por parte dos filhos agressores, fora dos momentos de violência.	1.1	2	9.2	16	55.2	96	33.9	59
14.Falta de confiança na eficácia da justiça.	2.3	4	34.5	60	42.5	74	20.7	36
15.Medo por parte dos pais de que a restante família os culpe e rejeite por terem feito denúncia.	2.3	4	16.7	29	56.3	98	24.7	43
16.Doença mental e/ou física do pai/mãe vítima da violência por parte do filho.	2.9	5	31.6	55	44.3	77	21.3	37
17.Os pais implicam com os filhos ou falam com eles de forma agressiva, originando os comportamentos violentos nos filhos.	8.6	15	35.1	61	44.8	78	11.5	20
18.Falta de confiança na eficácia dos serviços de saúde mental.	1.7	3	36.8	64	43.1	75	18.4	32
19.Os pais ficam submissos aos comportamentos agressivos do filho como forma de acalmarem a situação.			5.7	10	61.5	107	32.8	57

## ANEXO P – Resultados do Grau de Concordância nas respostas do QVFP-FMR (Fatores de Resolução)

**Tabela 1. Percentagem das Respostas obtidas para cada item dos Fatores de Resolução**

O mais importante para pôr fim às situações de violência filio-parental é:	Discordo Totalmente		Discordo		Concordo		Concordo Totalmente	
	1	N	2	N	3	N	4	N
1. Conscientizar e sensibilizar a comunidade para a existência de violência filio-parental e para a sua gravidade e imoralidade.			3.4	6	49.4	86	47.1	82
2. Maior divulgação sobre esta problemática para que os pais vítimas de violência filio-parental não se considerem caso único e procurem ajuda.			2.3	4	46.6	81	51.1	89
3. Dar formação aos profissionais da educação, saúde, serviço social, justiça e forças policiais para identificarem as situações de violência filio-parental e saberem orientar para as entidades competentes na temática.			0.6	1	41.4	72	58	101
4. Reduzir o stress a que as pessoas estão cada vez mais expostas.	0.6	1	19.5	34	52.9	92	27	47
5. Criar programas de apoio aos pais, com o objetivo de desenvolver competências e estratégias para lidar com as situações de violência por parte dos filhos.			2.9	5	43.7	76	53.4	93
6. Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças têm o direito de ser respeitadas e valorizadas, mas também têm o dever de respeitar e valorizar os adultos, nomeadamente os seus pais.			1.7	3	37.9	66	60.3	105
7. Proporcionar uma intervenção social e terapêutica especializada em violência filio-parental com filhos e pais.			2.9	5	45.1	78	52	90
8. Estimular a denúncia das situações de violência filio-parental.			5.2	9	50.9	88	43.9	76
9. Restabelecer, a nível das referências culturais, uma hierarquia que defina a autoridade dos pais na definição das regras, limites, dos comportamentos aceitáveis, da supervisão, articulando esta função “educativa” com o papel de suporte e afeto positivo.	1.1	2	7.5	13	54	94	37.4	65
10. Melhorar as condições socioeconómicas das famílias.	1.7	3	26.6	46	50.9	88	20.8	36
11. Sensibilizar a comunidade em geral, e os pais em particular, para que as crianças não ficam traumatizadas quando contrariadas e que desde pequeninos os filhos devem saber que há limites e regras fundamentais.			4	7	45.4	79	50.6	88
12. Ter estratégias concertadas de intervenção entre os serviços de intervenção social e clínica e os tribunais.			2.9	5	57.8	100	39.3	68
13. Tratar psiquiatricamente os filhos agressores.	4.1	7	24.4	42	48.3	83	23.3	40
14. Dar um enquadramento legal específico para as situações de VFP.	06	1	10.3	18	60.3	105	28.7	50
15. Quando necessário, proteger os pais, institucionalizando os filhos agressores.	2.3	4	11	19	56.1	97	30.6	53
16. Tornar os procedimentos e as respostas de apoio em situações de violência filio-parental mais rápidos e menos dolorosos para filhos/agressores e pais/vítimas.			2.3	4	57.5	100	40.2	70
17. A justiça adotar respostas rápidas e articuladas com a intervenção social e clínica.	0.6	1	1.1	2	55.7	97	42.5	74

---

18.Criar respostas sociais de apoio para estas situações que sejam percebidas como eficazes.	1.1	2	55.7	97	43.1	75
19.Trabalhar logo na escola a sensibilização para a não tolerância da violência de filhos, mesmo crianças, contra os seus pais.	2.3	4	42.8	74	54.9	95

---